

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	21
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	22
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	41
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	100
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	102
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	103
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	104

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.902
Preferenciais	3.699
Total	7.601
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	641.096	585.435	681.542
1.01	Ativo Circulante	144.830	113.364	33.227
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	142.025	110.308	20.727
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.767	0	10.611
1.01.07	Despesas Antecipadas	108	65	158
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	930	2.991	1.731
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	0	0	12
1.01.08.03	Outros	930	2.991	1.719
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	927	2.988	1.711
1.01.08.03.05	Outros Créditos	3	3	8
1.02	Ativo Não Circulante	496.266	472.071	648.315
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	382.693	257.353	490.553
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	369.781	236.055	205.071
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	12.912	21.298	285.482
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	122	122	122
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	2.106	6.116	6.391
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	179	606	14.456
1.02.01.09.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	10.505	14.454	264.513
1.02.02	Investimentos	112.994	160.008	97.669
1.02.02.01	Participações Societárias	107.696	154.710	92.371
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	254	54.368	54.374
1.02.04	Intangível	325	342	5.719

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	641.096	585.435	681.542
2.01	Passivo Circulante	15.664	127.399	20.885
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	515	707	1.842
2.01.02	Fornecedores	1.046	2.786	1.798
2.01.03	Obrigações Fiscais	408	10.701	7.264
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	13.695	111.699	5.999
2.01.05	Outras Obrigações	0	1.506	3.982
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	4
2.01.05.02	Outros	0	1.506	3.978
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	0	1.506	1.449
2.01.05.02.05	Outros	0	0	2.529
2.02	Passivo Não Circulante	239.754	177.947	385.522
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	114.292
2.02.02	Outras Obrigações	62.501	52.670	42.090
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	62.498	41.358	33.169
2.02.02.02	Outros	3	11.312	8.921
2.02.02.02.03	Fornecedores	0	0	8.921
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3	0	0
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	0	8.784	0
2.02.02.02.06	Outros	0	2.528	0
2.02.04	Provisões	177.253	125.277	229.140
2.02.04.02	Outras Provisões	177.253	125.277	229.140
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	175.689	124.377	229.140
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	1.564	900	0
2.03	Patrimônio Líquido	385.678	280.089	275.135
2.03.01	Capital Social Realizado	855.811	647.314	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916	347.477
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.014.049	-911.141	-614.230

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-133.671	-102.355	-30.457
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.380	-15.207	-14.989
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	62.023
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-21.182	-10.114	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-101.109	-77.034	-77.491
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-133.671	-102.355	-30.457
3.06	Resultado Financeiro	16.650	-9.991	-26.139
3.06.01	Receitas Financeiras	45.161	24.223	17.163
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.511	-34.214	-43.302
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-117.021	-112.346	-56.596
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	14.113	0	0
3.08.02	Diferido	14.113	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-102.908	-112.346	-56.596
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-102.908	-112.346	-56.596
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-6,951	-8,98	-5,58
3.99.01.02	PN	0	0	-0,77
3.99.01.03	PNA	-1,157	-1,58	-0,14
3.99.01.04	PNB	-5,43	-7,15	-3,42
3.99.01.05	PNC	-0,001	0	0
3.99.01.06	PND	-0,001	0	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-6,951	-8,98	-5,58
3.99.02.02	PN	0	0	-0,77
3.99.02.03	PNA	-1,157	-1,58	-0,14
3.99.02.04	PNB	-5,43	-7,15	-3,42
3.99.02.05	PNC	-0,001	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.99.02.06	PND	-0,001	0	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-102.908	-112.346	-56.596
4.03	Resultado Abrangente do Período	-102.908	-112.346	-56.596

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-66.965	234.233	-205.192
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	17.838	-10.094	9.972
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-102.908	-112.346	-56.596
6.01.01.02	Depreciação	97	47	49
6.01.01.03	Amortização	28	24	17
6.01.01.04	Ativo imobilizado baixado	23.666	0	4
6.01.01.06	Amortização de custos de captação	167	401	16.829
6.01.01.08	Encargos de financiamentos	8.781	17.230	34.261
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	101.109	77.034	77.491
6.01.01.12	Perdas com investimentos	0	2.090	-31.439
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-14.113	0	0
6.01.01.15	Reversão de provisão de bônus	-300	0	0
6.01.01.16	Baixa de intangível	1	5.426	2.677
6.01.01.18	Provisão/reversão para contingências	664	0	-32.938
6.01.01.19	Baixas de investimentos	646	0	-383
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-84.803	244.327	-215.164
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	2.061	-1.277	-733
6.01.02.03	Partes relacionadas	-81.152	-22.787	-106.323
6.01.02.04	Impostos a recuperar	4.010	275	-1.011
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	-43	93	-67
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	521	250.059	-93.027
6.01.02.09	Depósitos vinculados	427	13.850	-14.456
6.01.02.10	Outros créditos	0	5	1.051
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-4.964	12.221	3.533
6.01.02.12	Fornecedores	-1.740	-7.933	-2.896
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	-1.503	57	128
6.01.02.14	Outros passivos	-2.528	-1	4
6.01.02.15	Salários e outros encargos	108	-235	-1.367

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.862	-223.855	-11.077
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	-1.767	10.611	-10.611
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-234.352	-427
6.02.04	Imobilizado - aquisição	-1.083	-41	-33
6.02.05	Intangível - aquisição	-12	-73	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	101.544	79.203	232.808
6.03.06	Juros pagos s/empréstimos e financiamentos	0	0	-58.511
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-17.227	-26.223	-100.316
6.03.09	Aumento de capital	118.771	105.426	391.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	31.717	89.581	16.539
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	110.308	20.727	4.188
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	142.025	110.308	20.727

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	647.314	543.916	0	-911.141	0	280.089
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	647.314	543.916	0	-911.141	0	280.089
5.04	Transações de Capital com os Sócios	208.497	0	0	0	0	208.497
5.04.01	Aumentos de Capital	208.497	0	0	0	0	208.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-102.908	0	-102.908
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.908	0	-102.908
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.811	543.916	0	-1.014.049	0	385.678

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-614.230	0	275.135
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	196.439	0	-184.565	0	11.874
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	543.916	0	-798.795	0	287.009
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.426	0	0	0	0	105.426
5.04.01	Aumentos de Capital	105.426	0	0	0	0	105.426
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-112.346	0	-112.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-112.346	0	-112.346
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	647.314	543.916	0	-911.141	0	280.089

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-557.634	0	-59.904
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-557.634	0	-59.904
5.04	Transações de Capital com os Sócios	391.635	0	0	0	0	391.635
5.04.01	Aumentos de Capital	391.635	0	0	0	0	391.635
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.596	0	-56.596
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.596	0	-56.596
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-614.230	0	275.135

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-30.103	-22.302	51.290
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-30.103	-22.302	51.290
7.03	Valor Adicionado Bruto	-30.103	-22.302	51.290
7.04	Retenções	-126	-71	-67
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126	-71	-67
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-30.229	-22.373	51.223
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-55.948	-52.811	-60.328
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-101.109	-77.034	-77.491
7.06.02	Receitas Financeiras	45.161	24.223	17.163
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-86.177	-75.184	-9.105
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-86.177	-75.184	-9.105
7.08.01	Pessoal	1.918	1.996	3.372
7.08.01.01	Remuneração Direta	1.663	1.635	2.510
7.08.01.02	Benefícios	255	361	735
7.08.01.03	F.G.T.S.	0	0	127
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-13.698	952	817
7.08.02.01	Federais	-13.726	854	715
7.08.02.02	Estaduais	1	65	63
7.08.02.03	Municipais	27	33	39
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.511	34.214	43.302
7.08.03.03	Outras	28.511	34.214	43.302
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	28.511	34.214	43.302
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-102.908	-112.346	-56.596
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-102.908	-112.346	-56.596

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.219.484	1.153.847	1.168.125
1.01	Ativo Circulante	324.138	278.667	212.957
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	143.041	112.536	20.795
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.769	1	10.612
1.01.03	Contas a Receber	153.379	141.723	129.791
1.01.06	Tributos a Recuperar	11.027	9.317	13.599
1.01.07	Despesas Antecipadas	419	376	665
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.503	14.714	37.495
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	147	147	12
1.01.08.03	Outros	14.356	14.567	37.483
1.01.08.03.03	Arrendamento Financeiro a Receber	12.883	11.432	8.094
1.01.08.03.04	Adiantamentos a Fornecedores	939	2.998	26.113
1.01.08.03.05	Outros Créditos	534	137	3.276
1.02	Ativo Não Circulante	895.346	875.180	955.168
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	630.463	510.701	552.363
1.02.01.06	Tributos Diferidos	20.351	23.486	25.880
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	369.781	236.055	182.108
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	240.331	251.160	344.375
1.02.01.09.03	Arrendamento Financeiro a Receber	191.130	194.590	156.516
1.02.01.09.04	Adiantamentos a Fornecedores	2.788	4.389	4.409
1.02.01.09.06	Impostos e Contribuições a Recuperar	39.132	40.473	36.706
1.02.01.09.07	Depósitos Vinculados	255	682	14.809
1.02.01.09.08	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	7.026	11.026	131.935
1.02.02	Investimentos	20.035	57.041	5.298
1.02.02.01	Participações Societárias	14.737	51.743	0
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	5.298	5.298	5.298
1.02.03	Imobilizado	26.062	78.428	152.907
1.02.04	Intangível	218.786	229.010	244.600

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.219.484	1.153.847	1.168.125
2.01	Passivo Circulante	352.347	414.635	267.963
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	672	896	1.925
2.01.02	Fornecedores	164.028	156.178	156.956
2.01.03	Obrigações Fiscais	12.689	27.124	20.573
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	174.157	228.277	83.954
2.01.05	Outras Obrigações	801	2.160	4.555
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	10	10	4
2.01.05.02	Outros	791	2.150	4.551
2.01.05.02.04	Contas a Pagar	0	1.506	1.449
2.01.05.02.05	Outros	791	644	3.102
2.02	Passivo Não Circulante	481.459	459.121	629.174
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	376.704	360.144	475.792
2.02.02	Outras Obrigações	22.870	43.238	47.696
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	4	0
2.02.02.02	Outros	22.870	43.234	47.696
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	15.545	33.937	32.503
2.02.02.02.04	Contas a Pagar	3	0	0
2.02.02.02.05	Fornecedores	3.374	3.374	12.295
2.02.02.02.20	Outros	3.948	5.923	2.898
2.02.03	Tributos Diferidos	44.896	51.687	57.657
2.02.04	Provisões	36.989	4.052	48.029
2.02.04.02	Outras Provisões	36.989	4.052	48.029
2.02.04.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	1.819	1.816	46.693
2.02.04.02.05	Provisão para Contingências	35.170	2.236	1.336
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	385.678	280.091	270.988
2.03.01	Capital Social Realizado	855.811	647.314	541.888
2.03.02	Reservas de Capital	543.916	543.916	347.477

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.014.047	-911.139	-614.101
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	-2	0	-4.276

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	51.592	46.209	42.891
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-21.390	-22.802	-27.772
3.03	Resultado Bruto	30.202	23.407	15.119
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-121.792	-92.781	-2.765
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.405	-34.176	-38.266
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	47.816
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-54.378	-15.526	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-37.009	-43.079	-12.315
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-91.590	-69.374	12.354
3.06	Resultado Financeiro	-32.598	-46.346	-76.121
3.06.01	Receitas Financeiras	75.820	49.978	39.891
3.06.02	Despesas Financeiras	-108.418	-96.324	-116.012
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-124.188	-115.720	-63.767
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	21.278	3.402	3.814
3.08.01	Corrente	0	-174	0
3.08.02	Diferido	21.278	3.576	3.814
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-102.910	-112.318	-59.953
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-102.910	-112.318	-59.953
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-102.908	-112.346	-56.596
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	28	-3.357
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-6,951	-8,98	-5,58
3.99.01.02	PN	0	0	-0,77
3.99.01.03	PNA	-1,157	-1,58	-0,14
3.99.01.04	PNB	-5,43	-7,15	-3,42
3.99.01.05	PNC	-0,001	0	0
3.99.01.06	PND	-0,001	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	-6,951	-8,98	-5,58
3.99.02.02	PN	0	0	-0,77
3.99.02.03	PNA	-1,157	-1,58	-0,14
3.99.02.04	PNB	-5,43	-7,15	-3,42
3.99.02.05	PNC	-0,001	0	0
3.99.02.06	PND	-0,001	0	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-102.910	-112.318	-59.953
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-102.910	-112.318	-59.953
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-102.908	-112.346	-56.596
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-2	28	-3.357

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-57.630	149.865	-174.332
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	57.652	95.266	-14.913
6.01.01.01	Prejuízo do Período	-102.908	-112.346	-56.596
6.01.01.02	Depreciação	99	48	76
6.01.01.03	Amortização	10.237	10.238	10.214
6.01.01.04	Ativo imobilizado baixado	23.666	82.920	4
6.01.01.05	Reversão de ativo imobilizado baixado	0	-4.562	0
6.01.01.06	Amortização de custos de captação	167	401	16.829
6.01.01.08	Encargos de financiamentos	78.028	73.526	98.250
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	37.009	43.079	12.315
6.01.01.12	Perdas com investimentos	0	0	-8.760
6.01.01.13	Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	-21.278	-3.576	-1.453
6.01.01.14	Imposto de Renda e Contribuição Social	0	174	0
6.01.01.15	Reversão de provisão de bônus	-300	0	0
6.01.01.16	Baixa de intangível	0	5.425	2.701
6.01.01.17	Encargos em atraso - pagamento de impostos	0	0	-8.941
6.01.01.18	Provisão/reversão para contingências	32.934	0	-73.671
6.01.01.20	Participação dos acionistas não controladores	-2	-61	-5.881
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-115.282	54.599	-159.419
6.01.02.01	Contas a receber e outras	-11.656	-6.186	-32.610
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	3.660	21.164	-11.573
6.01.02.03	Partes relacionadas	-102.296	-53.937	-123.267
6.01.02.04	Impostos a recuperar	-369	341	-6.529
6.01.02.06	Pagamentos antecipados	-43	289	-285
6.01.02.07	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.000	120.909	-22.670
6.01.02.08	Arrendamento financeiro a receber	2.009	-41.547	6.942
6.01.02.09	Depósitos vinculados	427	13.850	-14.774
6.01.02.10	Outros créditos	-397	942	2.689

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.11	Obrigações fiscais	-15.213	7.985	13.033
6.01.02.12	Fornecedores	7.850	-9.699	30.893
6.01.02.13	Contas a pagar e outras	-1.502	57	-346
6.01.02.14	Outros passivos	-1.828	560	424
6.01.02.15	Salários e outros encargos	76	-129	-1.346
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.614	-118.298	-24.360
6.02.01	Aplicações financeiras vinculadas	-1.768	10.611	-5.800
6.02.02	Investimentos - aquisição	0	-124.909	-427
6.02.04	Imobilizado - aquisição	-2.833	-3.927	-18.123
6.02.05	Intangível - aquisição	-13	-73	-10
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	92.749	60.174	211.208
6.03.06	Juros pagos s/empréstimos e financiamentos	-8.036	-15.928	-75.172
6.03.07	Pagamento de empréstimos e financiamentos	-17.986	-29.324	-105.255
6.03.10	Aumento de capital	118.771	105.426	391.635
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	30.505	91.741	12.516
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	112.536	20.795	8.279
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	143.041	112.536	20.795

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	647.314	543.916	0	-911.139	0	280.091	0	280.091
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	647.314	543.916	0	-911.139	0	280.091	0	280.091
5.04	Transações de Capital com os Sócios	208.497	0	0	0	0	208.497	0	208.497
5.04.01	Aumentos de Capital	208.497	0	0	0	0	208.497	0	208.497
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-102.908	0	-102.908	-2	-102.910
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-102.908	0	-102.908	-2	-102.910
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	855.811	543.916	0	-1.014.047	0	385.680	-2	385.678

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	541.888	347.477	0	-614.101	0	275.264	-4.276	270.988
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	196.439	0	-184.692	0	11.747	4.276	16.023
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	541.888	543.916	0	-798.793	0	287.011	0	287.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.426	0	0	0	0	105.426	0	105.426
5.04.01	Aumentos de Capital	105.426	0	0	0	0	105.426	0	105.426
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-112.346	0	-112.346	0	-112.346
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-112.346	0	-112.346	0	-112.346
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	647.314	543.916	0	-911.139	0	280.091	0	280.091

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	150.253	347.477	0	-557.505	0	-59.775	-1.187	-60.962
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	150.253	347.477	0	-557.505	0	-59.775	-1.187	-60.962
5.04	Transações de Capital com os Sócios	391.635	0	0	0	0	391.635	0	391.635
5.04.01	Aumentos de Capital	391.635	0	0	0	0	391.635	0	391.635
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.596	0	-56.596	-3.089	-59.685
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.596	0	-56.596	-3.089	-59.685
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	541.888	347.477	0	-614.101	0	275.264	-4.276	270.988

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	94.508	85.840	79.249
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	94.508	85.840	79.249
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-89.735	-55.720	429
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-21.390	-22.802	-27.772
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-68.345	-32.918	28.201
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.773	30.120	79.678
7.04	Retenções	-10.334	-10.296	-10.290
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-10.334	-10.296	-10.290
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.561	19.824	69.388
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	38.811	6.899	27.576
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-37.009	-43.079	-12.315
7.06.02	Receitas Financeiras	75.820	49.978	39.891
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	33.250	26.723	96.964
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	33.250	26.723	96.964
7.08.01	Pessoal	4.528	4.692	6.562
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.550	3.584	5.187
7.08.01.02	Benefícios	804	890	1.095
7.08.01.03	F.G.T.S.	174	218	280
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	23.214	38.025	34.343
7.08.02.01	Federais	-8.169	8.968	7.622
7.08.02.02	Estaduais	31.356	29.024	26.682
7.08.02.03	Municipais	27	33	39
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	108.418	96.324	116.012
7.08.03.03	Outras	108.418	96.324	116.012
7.08.03.03.01	Juros e variações monetárias	108.418	96.324	116.012
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-102.910	-112.318	-59.953
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-102.908	-112.346	-56.596
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-2	28	-3.357

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014



ENERGIA COM RESPONSABILIDADE

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Senhores Acionistas,

A Administração da Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) submete à apreciação de V.Sas o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas dos pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014.

As Demonstrações Financeiras consolidadas da Multiner estão apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standard Board* – IASB. As Demonstrações Financeiras individuais da Multiner S.A. são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, substancialmente convergentes com as normas internacionais de contabilidade, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e referenciadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, conforme Instrução CVM nº 485 de 1º de setembro de 2010.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Um dos fatos que marcaram o ano de 2014 foi a assinatura do Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e Financiamento da Multiner S.A, com o propósito de alterar algumas condições do Plano de Recapitalização da Companhia, tendo sido verificadas todas as condições prévias à sua assinatura, bem como realizados todos os atos de fechamento necessários a referida operação. Neste sentido, destacamos o aumento de capital da Companhia em R\$ 152.916.907,64 (cento e cinquenta e dois milhões, novecentos e dezesseis mil, novecentos e sete reais e sessenta e quatro centavos) por parte do Multiner Fundo de Investimento em Participações e em R\$ 55.580.000,00 (cinquenta e cinco milhões, quinhentos e oitenta mil reais) por parte da Bolognesi Participações S.A., bem como, a alteração das características de ações preferenciais. Com isso, esperamos a realização de novos investimentos e a expansão e consecução de nosso negócio.

É sabido da grande crise hídrica que o País vem enfrentando, como divulgado amplamente em todos os meios de comunicação. Os níveis dos reservatórios encontram-se inferior à época do racionamento - entre 1 de julho de 2001 e 19 de fevereiro de 2002 - (sudeste está com 16,9% de sua capacidade e a região nordeste com armazenamento de 17% - regiões que concentram 88% da capacidade de armazenamento de água do país), fazendo com que o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) despache as térmicas de forma contínua, inclusive fora da ordem de mérito, com o objetivo de poupar os reservatórios nacionais. Deste modo, a tendência para o ano de 2015 é que as térmicas continuem sendo despachadas de forma ininterrupta, bem como que seja aumentada a matriz térmica do País.

A UTE Cristiano Rocha (“RAESA”) ao longo de 2014 vem se preparando para interligação ao SIN (Sistema Interligado Nacional), o que trará outra dimensão para a Companhia.

Registra-se, ainda, que até o presente momento a RAESA vem recebendo as receitas existentes em dia, conforme contrato celebrado com a Amazonas Energia (“AmE”).

Já em relação à New Energy Options (“NEO”), os Parques Eólicos Alegria I e II geraram 39.459 MWh acima do fator de capacidade contratada (382.321 MWh), o que assegura a manutenção da receita fixa dos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

empreendimentos. Adicionalmente, tais empreendimentos, por utilizarem uma fonte limpa e renovável, vêm evitando a emissão de 120.000 toneladas de CO₂ por ano.

O resultado favorável do ano de 2014 representa o compromisso firmado de governança, diligência, transparência e respeito às diretrizes que norteiam o setor elétrico, fazendo com que a Multiner, por intermédio de seu portfólio diversificado, consiga alcançar um papel de destaque no cenário energético brasileiro.

Roseane de Albuquerque Santos
Diretora Jurídica, Regulatória e RI

1. PERFIL CORPORATIVO

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”).

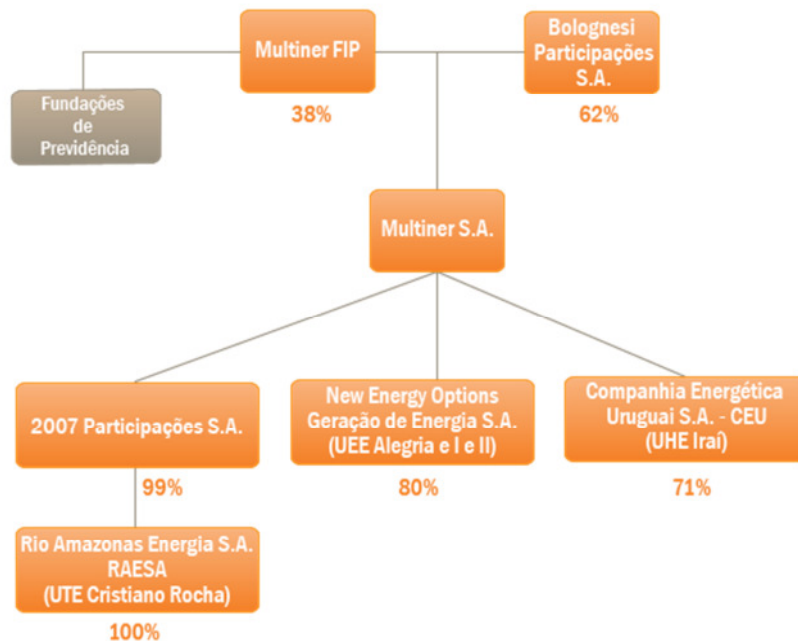
Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements* - PPAs), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como, do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

2. ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Em 31.12.2014, o capital subscrito e parcialmente integralizado é de R\$ 855.810.821,53, sendo composto por 7.601.240 ações, dividido em 3.901.954 ações ordinárias e 3.699.286 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (62%)*, com sede em Porto Alegre. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (38%).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



(*)O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelio Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas. Porém, se considerarmos ainda os projetos do Grupo em desenvolvimento, a capacidade total instalada do portfólio atinge 3,4 GW. Em março de 2012, o Grupo Bolognesi adquiriu a Multiner S.A. mediante contrato de reorganização financeira. O fechamento do devido contrato ocorreu em julho de 2014 e levou a criação da MESA S.A, cujo o objetivo social é a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A reorganização financeira levou a conversão de dívidas em equity pelas entidades fechadas do Multiner Fundo de Investimento em Participações ("Multiner FIP") e, ao mesmo tempo, convencionou-se o cronograma para novos aportes por parte do Grupo Bolognesi.

3. AMBIENTE ECONÔMICO E SETOR ENERGÉTICO

3.1. AMBIENTE ECONÔMICO

A atividade econômica doméstica tem apresentado indicadores modestos, o que aumenta a relevância de ações de caráter estrutural, que potencializem o crescimento futuro. A contínua busca pela excelência na educação constitui frente de batalha prioritária para o País avançar em termos de competitividade, assim como o aumento da velocidade de modernização da infraestrutura. Nunca é demais lembrar que, no longo prazo, a principal fonte de crescimento econômico é a produtividade, tema ainda mais relevante em um contexto global caracterizado por elevados níveis de eficiência. A manutenção da baixa taxa de desemprego no Brasil segue como fator importante para a continuidade do avanço do País na direção de um crescimento mais sustentável.

A economia norte-americana voltou a crescer e registra uma evolução consistente. Na China, o ritmo de crescimento segue em patamares elevados, mesmo com a desaceleração em curso, e, na Europa, há esforços para a retomada econômica. Temos visto, em contraponto, o aprofundamento da crise na Argentina. Os preços das commodities, em especial do petróleo, mostraram expressiva queda ao longo da

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

segunda metade de 2014, trazendo desafios para os países que dependem largamente da produção, mas favorecendo a retomada econômica e aumentando a renda disponível das famílias, principalmente das economias desenvolvidas.

No ambiente doméstico, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), índice oficial da inflação, encerrou o ano com alta de 6,41%, próximo do teto máximo estabelecido pelo governo – de 6,5% ao ano –, e as taxas de juros aumentaram, com a Selic chegando a 11,75% ao ano. A estimativa para o Produto Interno Bruto (PIB) em 2014 é de estabilidade. As previsões dos economistas para o crescimento da economia brasileira seguem a mesma linha. Segundo dados do Boletim Focus, divulgado pelo Banco Central, a estimativa para o PIB de 2014 é de alta de 0,16%. Para 2015, espera-se crescimento de 0,69%. O relatório Focus é feito a partir de pesquisa com mais de cem instituições financeiras.

A economia brasileira iniciou 2015 com novas perspectivas. O equilíbrio das contas públicas, o controle orçamentário (receitas versus gastos) e a reorientação fiscal devem ser alvo da estratégia da nova equipe econômica, que assumiu trazendo uma bagagem de credibilidade e confiança do mercado. Além disso, o Banco Central enfatizou que pretende reduzir a inflação à meta oficial de 4,5% até o fim de 2016.

Fonte: Bradesco.

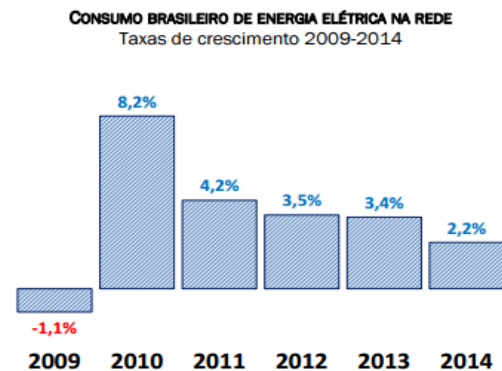
3.2. SETOR ENERGÉTICO

O ano de 2014 terminou com o consumo de energia elétrica na rede registrando a marca de 473,4 TWh, anotando um crescimento de 2,2% em relação a 2013. Foi a menor taxa de crescimento desde 2009 (ver Gráfico), quando o consumo total retraiu 1,1% em razão da crise econômica global que eclodiu em fins de 2008.

O resultado apurado em 2014 ficou abaixo das últimas previsões. O segmento que frustrou as expectativas foi a indústria, cujo desempenho foi muito inferior àquele então previsto.

O setor metalúrgico, que é o segmento industrial maior demandante de energia, é um dos principais responsáveis por esta redução, em linha com as estatísticas de redução da produção que vêm sendo regularmente divulgadas pelo Instituto Aço Brasil e pela ABAL (Alumínio).

Confirmando as expectativas e sustentando a forte dinâmica que tem apresentado nos últimos anos, o segmento de comércio e serviços apresentou o maior aumento no consumo de energia. Ao longo de 2014, com exceção dos meses de junho e dezembro, quando houve influência de fatores conjunturais como o calendário de faturamento de grandes concessionárias, o crescimento do consumo de energia no segmento sempre foi de pelo menos 6%.



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Na mesma linha do consumo comercial, o segmento residencial mostrou-se ainda capaz de sustentar em 2014 o crescimento robusto de 5,7%. Observe-se, contudo, que houve dinâmicas diferentes nas duas metades do ano: no 1º semestre, influenciado pelas elevadas temperaturas registradas no verão 2013/2014, o consumo cresceu 7,1% em relação ao mesmo período de 2013; no 2º semestre, o crescimento do consumo se deu a taxa mais modesta, de 4,3% e se baseou principalmente na expansão do número de consumidores com o consumo médio mensal por residência mantendo-se estável em torno de 166 kWh nos últimos seis meses do ano.

Fonte: EPE (Empresa de Pesquisa Energética).

4. DESEMPENHO OPERACIONAL

4.1. PARQUE GERADOR

A Multiner S.A. atualmente possui um parque gerador composto por 02 usinas operacionais (Parque Eólico Alegria e Usina Termelétrica Cristiano Rocha – ‘RAESA’). O Parque Eólico Alegria é comercialmente explorado por meio de parcerias com outras empresas (a ‘SOG Óleo e Gás S.A.’ e a ‘Estelar Engenheiros Associados Ltda’).

Parque Gerador da Multiner em 31/12/2014

Usina	Participação (%)	Localização	Capacidade Instalada (MW)	Data de Vencimento do termo original da Autorização
Eólica				
New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO - Parque Alegria) *	80%	Guamaré/RN	151,8	12/2031
Total de fonte eólica			151,8	
Termelétrica				
Rio Amazonas Energia S.A (RAESA - Cristiano Rocha)	99%	Manaus/AM	85,0	10/2025
Total de fonte termoeletrica			85,0	
Total			236,8	

(*) Parque Eólico composto por 02 usinas

4.2. PRODUÇÃO/ GERAÇÃO

No 4T14, a geração de energia elétrica nas usinas operadas pela Multiner foi de 282.089 MWh. Do total gerado, a UEE Parque Alegria (Alegria I e II) foi responsável por gerar 137.990 MWh e UTE Cristiano Rocha (“RAESA”) por 144.099 MWh.

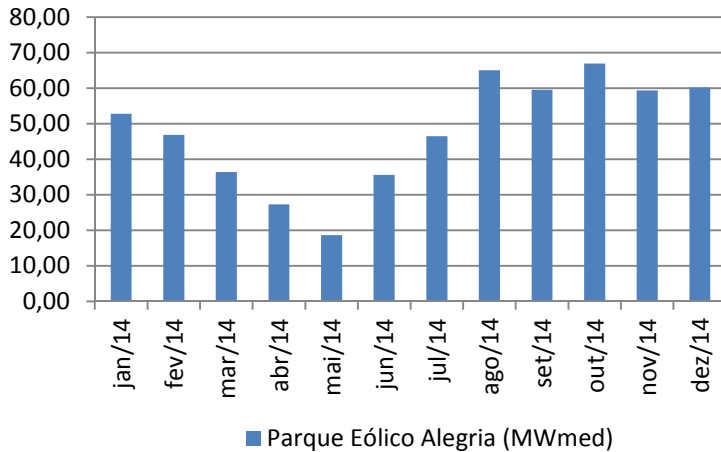
Nos 12M14, o Parque Eólico Alegria gerou 421.780 MWh, ficando praticamente estável em relação aos 12M13 (426.047 MWh). Já a Usina Termelétrica Cristiano Rocha (“RAESA”) produziu 568.928 MWh, aumento de 7,1% em relação aos 12M13 (531.210 MWh).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



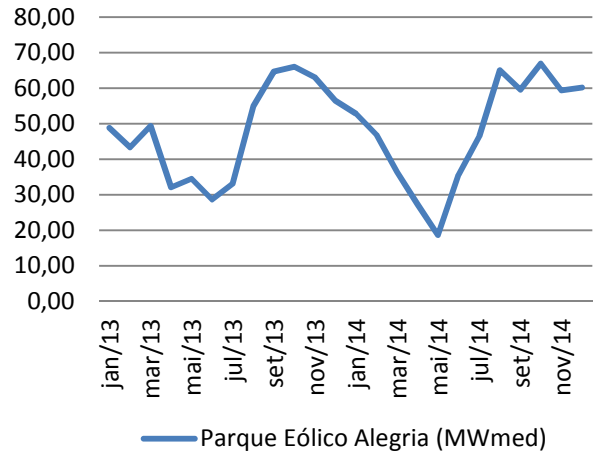
Parque Eólico Alegria

Geração em 2014



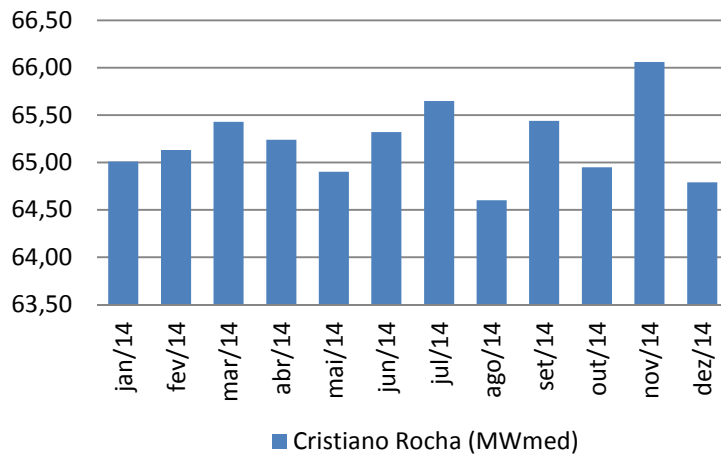
Parque Eólico Alegria

Geração Histórica



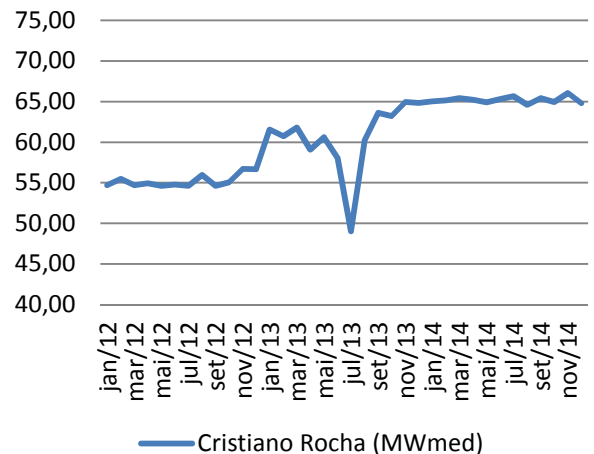
Cristiano Rocha

Disponibilidade em 2014



Cristiano Rocha

Disponibilidade Histórica



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Multiner S.A. - Consolidado						
(Valores em R\$ mil)	4T13	4T14	Variação %	12M13	12M14	Variação %
Receita líquida de vendas	12.100	13.258	9,6%	46.209	51.592	11,6%
Custo das Vendas	(8.409)	(7.004)	-16,7%	(22.802)	(21.390)	-6,2%
Lucro Bruto	3.691	6.254	69,4%	23.407	30.202	29,0%
Despesas Gerais e Administrativas	(7.933)	(6.889)	-13,2%	(34.176)	(30.405)	-11,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(12.569)	3.916	n.a	(15.526)	(54.378)	250,2%
Resultado Financeiro	(20.613)	(7.734)	-62,5%	(46.346)	(32.598)	-29,7%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(13.722)	(11.596)	-15,5%	(43.079)	(37.009)	-14,1%
Imposto de Renda e CSLL Correntes	-	-	n.a	(174)	-	n.a
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	870	18.526	2029,4%	3.576	21.278	495,0%
Lucro/ Prejuízo do exercício	(50.276)	2.478	n.a	(112.318)	(102.910)	-8,4%

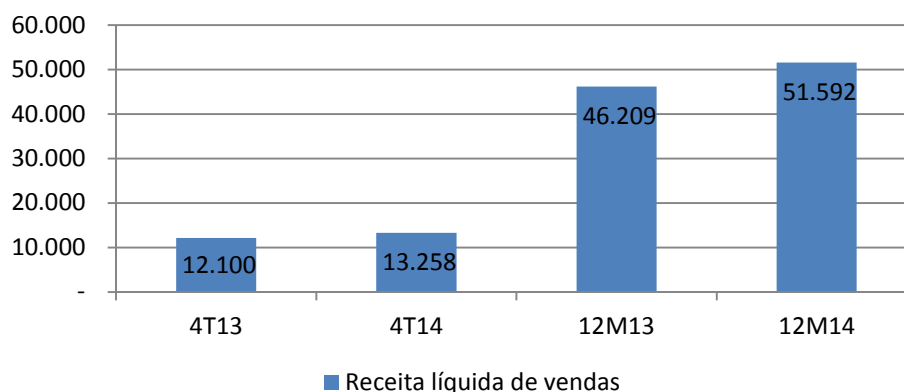
5.1. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

No 4T14, a receita líquida de vendas apresentou alta de 9,6%, ou R\$ 1,1 milhão, quando comparada aquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R\$ 12,1 milhões para R\$ 13,2 milhões.

Na comparação anual, a receita líquida do ano de 2014 totalizou R\$ 51,5 milhões, 11,6% acima do reportado no mesmo período do ano anterior (R\$ 46,2 milhões). Esse resultado é substancialmente representado pelo valor de venda de energia pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia (RAESA).

Receita líquida de vendas

(Valores em R\$ mil)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**5.2. CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA**

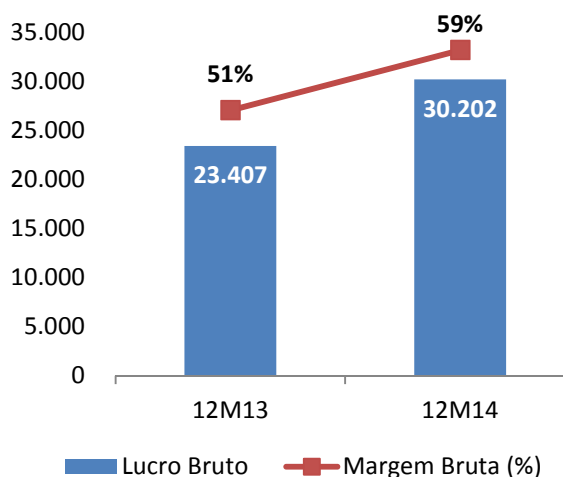
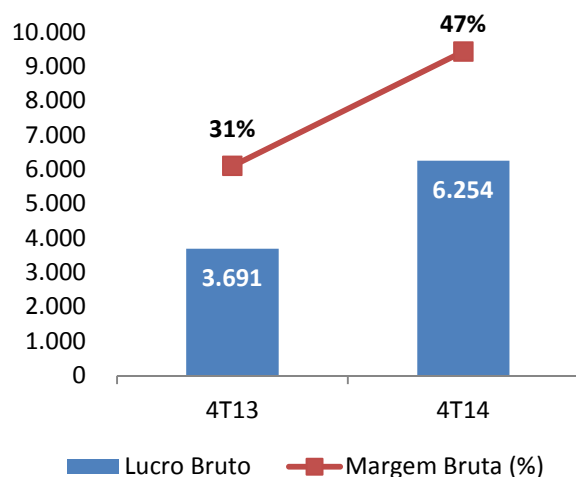
Os custos das vendas de energia foram reduzidos em 16,7%, passando de R\$ 8,4 milhões no 4T13 para R\$ 7,0 milhões no 4T14.

Nos 12M14, esses custos alcançaram R\$ 21,3 milhões, ou seja, uma redução de R\$ 1,4 milhões, ou 6,2%, aos R\$ 22,8 milhões registrados no ano de 2013. Essa variação ocorreu, essencialmente, devido à diminuição nos custos com 'material de consumo' e 'óleo lubrificante'.

5.3. LUCRO BRUTO

Em 2014, o lucro bruto totalizou R\$ 30,2 milhões, ou seja, um crescimento de 29,0% quando comparado a 2013. A margem bruta ficou em 59% para 2014, superando em 8 p.p. a obtida no mesmo período do ano anterior, mostrando assim uma maior eficiência no processo de produção.

	4T13	4T14	Variação %	12M13	12M14	Variação %
Lucro Bruto	3.691	6.254	69,4%	23.407	30.202	29,0%
Margem Bruta (%)	31%	47%	16 p.p	51%	59%	8 p.p

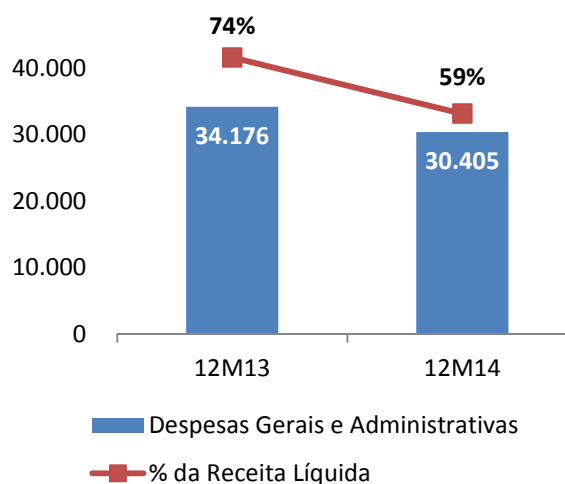
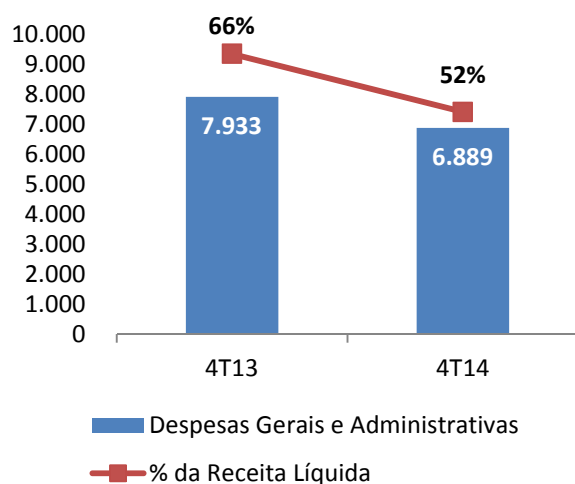
**5.4. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

As despesas gerais e administrativas do 4T14 atingiram R\$ 6,8 milhões. Já essas despesas relativas ao 4T13 foram de R\$ 7,9 milhões. Houve uma redução de 13,2% na comparação entre os períodos.

Nos 12M14, as despesas gerais e administrativas foram de R\$ 30,4 milhões. Houve uma redução de 11,0%, ou R\$ 3,7 milhões, aos R\$ 34,1 milhões do ano de 2013. Essas despesas diminuíram devido, essencialmente, a Consultoria Jurídica.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

	4T13	4T14	Variação %	12M13	12M14	Variação %
Despesas Gerais e Administrativas	7.933	6.889	-13,2%	34.176	30.405	-11,0%
% da Receita Líquida	66%	52%	14 p.p	74%	59%	15 p.p

**5.5. OUTRAS DESPESAS/ RECEITAS OPERACIONAIS**

No 4T14, o saldo da conta de outras receitas/despesas operacionais ficou positivo em R\$ 3,9 milhões. No mesmo período de 2013, houve efeito negativo de R\$ 12,5 milhões.

Nos 12M14 houve um efeito negativo de R\$ 54,3 milhões, sendo R\$ 32,2 milhões a provisão para perda do processo de arbitragem da empresa Caterpillar AG., no valor de 10 milhões de euros. E, o valor de R\$ 23,6 milhões referente ao não cumprimento de cláusulas em contrato com a Wartsilla. No mesmo período do ano anterior houve efeito negativo de 15,5 milhões.

5.6. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido do 4T14 e dos 12M14 comparado com o mesmo período de 2013 está demonstrado no quadro a seguir:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

R\$ Milhares	4T13	4T14	Var. %	12M13	12M14	Var. %
Variação monetária negativa	(12.368)	(6.139)	-50%	(27.556)	(23.247)	-16%
Despesa com juros	(14.325)	(15.991)	12%	(49.583)	(62.905)	27%
Despesa com multas	(3.088)	(2.752)	-11%	(3.711)	(4.070)	10%
Variação cambial negativa	(1.731)	(2.584)	49%	(5.960)	(11.434)	92%
Despesa com mútuos	-	-	n.a.	-	(56)	n.a.
Despesa com IOF & IOC	(5.934)	(1.448)	-76%	(8.846)	(6.029)	-32%
Outras despesas financeiras	(189)	(117)	-38%	(668)	(677)	1%
Despesas Financeiras	(37.635)	(29.031)	-22,9%	(96.324)	(108.418)	12,6%

R\$ Milhares	4T13	4T14	Var. %	12M13	12M14	Var. %
Receita com aplicação financeira	4.876	4.662	-4%	4.957	13.584	174%
Variação monetária positiva	1.082	1.267	17%	3.749	4.654	24%
Receita com mútuos	4.532	8.855	95%	12.887	25.724	100%
Variação cambial positiva	175	494	182%	5.110	7.524	47%
Atualização monetária s/créditos tributários	715	813	14%	2.573	3.451	34%
Juros s/arrendamento financeiro	5.243	5.175	-1%	19.233	20.708	8%
Outras receitas financeiras	399	31	-92%	1.469	175	-88%
Receitas Financeiras	17.022	21.297	25,1%	49.978	75.820	51,7%

Resultado Financeiro Líquido (R\$ Milhares)	(20.613)	(7.734)	-62,5%	(46.346)	(32.598)	-29,7%
--	-----------------	----------------	---------------	-----------------	-----------------	---------------

Obs1: Os valores referentes à despesa cambial estão relacionados às empresas Caterpillar e Wartsilla.

Obs2: A Companhia não efetua métrica de hedge.

Nota: houve um efeito negativo menor no resultado financeiro em torno de R\$ 14 milhões comparado com 2013. Esta diferença se da basicamente devido a receita de juros com mútuo. O valor de mútuo da Multiner S.A com Bolognesi Participações, Pernambuco III e CEPASA aumentaram consideravelmente em 2014. Adicionalmente, soma-se a isso uma redução da variação monetária do passivo financeiro, que pela conversão das dívidas em capital, diminuiu assim o passivo a atualizar.

5.7. IMPOSTO DE RENDA (IR) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL) DIFERIDOS

No ano de 2014 tivemos um imposto diferido ativo no valor de R\$ 21,2 milhões que é basicamente referente ao parcelamento de débitos federais ocorridos no último trimestre de 2014, quando pudemos compensar tais débitos com base negativa de imposto de renda e contribuição social.

5.8. LUCRO/ PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

No 4T14, a Companhia apresentou resultado positivo de R\$ 2,4 milhões. No mesmo período de 2013, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 50,2 milhões.

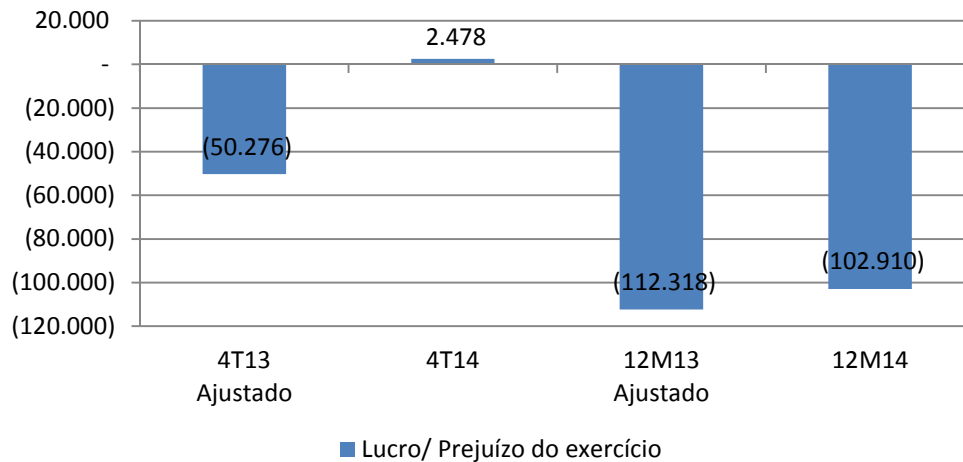
No exercício de 2014, a Companhia apresentou resultado negativo de R\$ 102,9 milhões, uma queda de 8,4% em relação ao ano de 2013 (R\$ 112,3). Resultado essencialmente provocado por uma melhora nos números da Receita Líquida de Vendas, do CMV e da queda dos custos envolvendo Despesas Gerais e Administrativas.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



Lucro/ Prejuízo do Exercício

(Valores em R\$ mil)

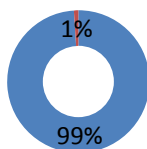


6. ENDIVIDAMENTO BANCÁRIO

A tabela a seguir demonstra dados importantes sobre o endividamento da Multiner S.A. Salientamos uma redução significativa na dívida líquida no período, tendo em vista a conclusão do contrato de reorganização e financiamento (*closing*) da Companhia.

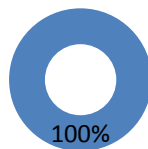
Endividamento	Unidade	12M14	9M14	12M13
Dívida Bruta em R\$	R\$ milhões	-525.171	-477.133	-588.421
Prazo Médio	meses	50	n.a	n.a
Custo da Dívida (Moeda Nacional)	%a.a	9,49%	9,52%	9,56%
Parcela de Curto Prazo	%	31%	28%	39%
Caixa e Equivalente de caixa em R\$	R\$ milhões	143.041	138.629	112.536
Dívida Líquida	R\$ milhões	-382.130	-338.504	-475.885
Dívida Líquida/ EBITDA	x	8,6	6,8	30,1

Endividamento Bruto por Instrumento



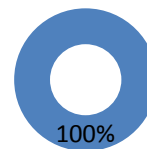
■ CCB ■ Debêntures

Endividamento Bruto por Indexador



■ IGPM ■ Outros

Endividamento Bruto por Moeda



■ Moeda Nacional ■ Outros

Obs: Não visualizaremos o passivo das empresas que são registradas no consolidado pelo método de equivalência patrimonial, que é o caso da New Energy Options Geração de Energia S.A. – NEO e da Cia Energética Uruguai – CEU, que juntas somam uma dívida bruta de R\$ 998,6 milhões (CP: R\$ 45,0 e LP: R\$ 953,6) e caixa de R\$ 12,4 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**7. DEMONSTRATIVO DO FLUXO DE CAIXA**

	Consolidado	
	01/01 a 31/12/14	01/01 a 31/12/13 Ajustado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>(57.630)</u>	<u>149.865</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(4.614)</u>	<u>(118.298)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Caixa decorrente das atividades de financiamento	<u>92.749</u>	<u>60.174</u>

8. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Não pagamento dos certificados de crédito bancário (CCBs)**

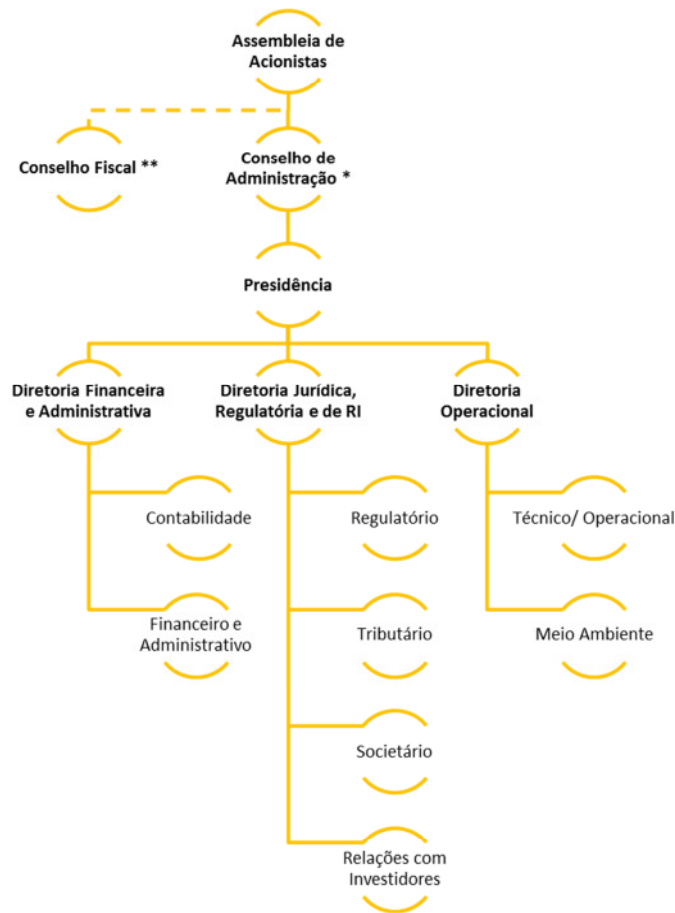
A controlada Rio Amazonas S.A. tem passivo vencido de CCBs de aproximadamente R\$ 8.954, valor que não considera as CCBs de titularidade da Multiner S.A.

9. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Registrada como companhia aberta desde 2008, a Multiner S.A. está comprometida com as melhores práticas de Governança Corporativa e com os princípios de transparência e equidade a todos os seus públicos.

Abaixo apresentamos o atual organograma da Administração da Companhia, vigente em 31.12.2014.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho



(*) O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, será eleito e destituído a qualquer tempo pela Assembleia Geral e composto por 5 (cinco) membros, residentes ou não no País, com mandato unificado de 1 (um) ano, sendo permitida a reeleição;

(**) O Conselho Fiscal da Companhia funcionará em caráter permanente e será composto por 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral.

9.1. POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES

Como parte de seu compromisso com a transparência e equidade no acesso à informação por seus acionistas, a Companhia conta com política de divulgação que atende às regras e exigências dos órgãos reguladores do mercado financeiro, como o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a BM&FBovespa. Entre os materiais divulgados pela Companhia, destacam-se:

- Informações Trimestrais;
- Relatório de Desempenho e Administração;
- Demonstrações Contábeis;
- Comunicados ao Mercado;
- Avisos aos Acionistas;
- Fatos Relevantes.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**10. RELAÇÕES COM INVESTIDORES**

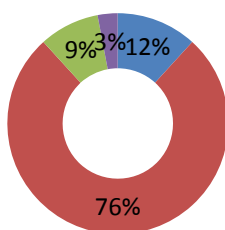
A Multiner S.A. vem buscando manter um relacionamento sólido com seus atuais e potenciais investidores, baseado nos princípios de transparência, objetividade e disponibilidade. Para isso, além de publicar constantemente informativos sobre acontecimentos relevantes e seus resultados trimestrais, possui um Departamento de Relações com Investidores e uma seção específica para esse público no site da Companhia (www.multiner.com.br/ri).

O Departamento de Relações com Investidores é o responsável pelo atendimento aos acionistas, órgãos reguladores, potenciais investidores e demais interessados, bem como pela divulgação de informações sobre o desempenho da Companhia.

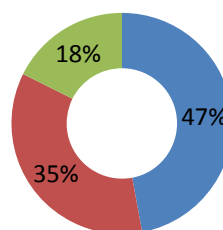
11. RECURSOS HUMANOS**11.1. PERFIL DOS COLABORADORES**

A gestão do capital humano é um ativo intangível estratégico da Multiner S.A.. O compromisso com as pessoas determina o desenvolvimento das competências e a valorização do trabalho em equipe e do mérito.

Ao final de 2014, a Companhia contava com 46 colaboradores diretos, notadamente qualificados: 76,47% destes possuem nível de escolaridade superior e 11,76% possuem curso de especialização. Dentre os demais, 8,83 % estão cursando o nível superior e 2,94% concluíram o ensino médio. A média de idade dos colaboradores foi de 37 anos e as faixas etárias seguiram a seguinte distribuição: até 35 anos (47,06%), de 36 a 45 anos (35,29%) e acima dos 45 anos (17,65%). Os colaboradores diretos e indiretos da Multiner e suas controladas estão expostos a seguir: Diretos: MULTINER (34), NEW ENERGY (05) e RAESA (07); Indiretos: NEW ENERGY (37); RAESA (26). Ao final de 2013, a Companhia contava com 46 colaboradores diretos: MULTINER (32), NEW ENERGY (06), RAESA (07) e TERMOPOWER VI (01) e 74 Indiretos: MULTINER (03); NEW ENERGY (45); RAESA (26).

Grau de Escolaridade

■ Especialização ■ Superior Completo
■ Superior Incompleto ■ Ensino Médio

Faixa Etária

■ até 35 anos ■ de 36 a 45 anos
■ acima de 45 anos

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

12. MEIO AMBIENTE

A Multiner S.A. entende que respeitando o meio ambiente, além de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do país, garante o sucesso de seus empreendimentos de geração de energia. A empresa é comprometida com o Desenvolvimento Sustentável e vem implantando diversos programas e ações ambientais visando a conservação dos ecossistemas e a mitigação ou potencialização de eventuais impactos socioambientais gerados por seus empreendimentos, atendendo aos compromissos assumidos durante todo o processo de licenciamento ambiental, que se encontram em conformidade com a legislação ambiental municipal, estadual e federal, em suas diversas etapas.

Entre as ações ambientais que realizamos podemos citar: monitoramento da qualidade do ar, monitoramento de efluentes domésticos e industriais, recuperação de áreas degradadas, educação ambiental em escolas e núcleos urbanos, salvamento e resgate de sítios arqueológicos, estudo de dinâmica de aquíferos, reflorestamento de áreas com espécies nativas, entre outros.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

13.1. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em 28.03.2014, aprovou a manutenção da atual empresa de auditoria independente, Boucinhas Campos & Conti Auditores Independentes S.S., para auditar as informações trimestrais e as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 2014. O valor total do serviço prestado foi de R\$ 140,4 mil.

Não foram prestados outros serviços não relacionados à auditoria externa.

13.2. DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria declara, em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, que revisou, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis contidas neste relatório e opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

14. AGRADECIMENTOS

A Multiner S.A. agradece a contribuição de seus empregados, clientes, fornecedores, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e demais partes interessadas pelo apoio recebido.

A Administração

Notas Explicativas

Multiner S.A.

Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Notas Explicativas**CONTEÚDO**

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. SOCIEDADES DA COMPANHIA
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS
5. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO
6. AJUSTES RETROSPECTIVOS A 2013
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
8. APLICAÇÕES VINCULADAS
9. CONTAS A RECEBER
10. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES
11. IMPOSTOS A RECUPERAR E DIFERIDOS
12. INVESTIMENTOS
13. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO
14. IMOBILIZADO
15. INTANGÍVEL
16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
17. FORNECEDORES
18. OBRIGAÇÕES FISCAIS
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
20. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS
24. CUSTO DAS VENDAS
25. OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS
26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A FUNCIONÁRIOS
27. RESULTADO FINANCEIRO
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCO
29. RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO
30. ARRENDAMENTO FINANCEIRO A RECEBER
31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas**Multiner S.A.****Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

1. Contexto Operacional

A Multiner S.A (“Multiner” ou “Companhia”) é uma holding, na forma de sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ – Brasil, que detém autorizações de uso de bem público, na condição de produtor independente. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O controle acionário da Companhia é exercido pelo Grupo Bolognesi (62%)*, com sede em Porto Alegre. O Multiner Fundo de Investimento em Participações (Multiner FIP), administrado e gerido pela Planner Corretora de Valores S.A., com sede na cidade de São Paulo/SP – Brasil, constituído sob a forma de condomínio fechado e formado por entidades fechadas de previdência complementar, detém a participação residual não controladora (38%).

Os atuais empreendimentos da Multiner têm contratos de compra e venda de energia (*Power Purchase Agreements - PPAs*), de longo prazo, que asseguraram sua financiabilidade. Tais contratos decorreram de programas de governo como: o fornecimento de energia elétrica para o Sistema Isolado - SI, bem como do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, através de chamadas públicas realizadas.

()O Grupo Bolognesi é controlado pelo empresário Ronaldo Marcelio Bolognesi e atua nas áreas imobiliária, construção pesada, concessões e energia. No setor de energia, conta com um portfólio de 932 MW em operação, sem incluir os ativos da Multiner S.A. Desse total operacional, 166 MW são de pequenas centrais hidrelétricas e 766,38 MW de usinas termelétricas. Porém, se considerarmos ainda os projetos do Grupo em desenvolvimento, a capacidade total instalada do portfólio atinge 3,4 GW. Em março de 2012, o Grupo Bolognesi adquiriu a Multiner S.A mediante contrato de reorganização financeira. O fechamento do devido contrato ocorreu em julho de 2014 e levou a criação da MESA S.A, cujo o objetivo social é a geração, transmissão e comercialização de energia elétrica. A reorganização financeira levou a conversão de dívidas em equity pelas entidades fechadas do Multiner Fundo de Investimento em Participações (“Multiner FIP”) e, ao mesmo tempo, convencionou-se o cronograma para novos aportes por parte do Grupo Bolognesi.*

2. Sociedades da Companhia

a. Controladas

2007 Participações S.A. (2007 Participações – 99,99%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem como principal atividade (a) a administração de bens de capital e próprios da sociedade; (b) participações empresariais, podendo, também, participar de outras sociedades de qualquer ramo de atividade, nacionais e estrangeiras, como sócia ou acionista; (c) participar de toda e qualquer licitação pública para quaisquer fins objetivos; (d) participar de leilões públicos e/ ou privados de qualquer natureza; (e) formar, organizar e/ou participar de consórcios empresariais com o objetivo de participar de todas e quaisquer licitações e leilões, sejam estes públicos e/ou privados e (f) participar em empreendimentos como sócia, acionista ou administradora.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

A 2007 Participações S.A possui participação societária na seguinte controlada:

- Rio Amazonas Energia S.A (RAESA – 100,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de Manaus/AM – Brasil, que tem por objetivo a geração de energia elétrica de origem térmica, a base de óleo combustível/gás natural, e o comércio atacadista de energia elétrica, através da Central Termelétrica Cristiano Rocha (UTE Cristiano Rocha), constituída de 5 unidades motogeradoras e capacidade instalada de 85MW. Integra o Sistema Elétrico de Manaus, suprindo energia elétrica a distribuidora local Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (antiga Manaus Energia), com contrato firmado entre as partes em 2005 pelo período de 20 anos.

New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO – 80,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo (a) fabricação, venda, compra, importação, exportação, consignação e locação de quaisquer produtos eletroeletrônicos, de informática e de geração de energia elétrica, ou quaisquer máquinas, equipamentos, ferramentas, matérias primas, componentes, peças e acessórios correlatos; (b) prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica, montagens, instalações, projetos, consultoria, manutenção, assistência técnica aos seus produtos e de terceiros, execução de obras civis, elétricas e hidráulicas; e (c) participar como sócia ou acionista em outras sociedades, como majoritária ou minoritária. Compreende o Parque Eólico Alegria, localizado em Guamaré/RN, que tem capacidade instalada total de 151,8MW.

Parque Eólico Alegria:

- Central Eólica Alegria I – possui capacidade instalada de 51MW, com 31 unidades aerogeradoras.
- Central Eólica Alegria II – Possui capacidade instala de 100,8MW, com 61 unidades aerogeradoras.

Os parques eólicos estão em operação desde 2010 e 2011, respectivamente. A sociedade possui contrato firmado com a Eletrobras para a venda de energia pelo período de 20 anos. A Eólica Administração e Participações possui os 20% do capital restante.

Companhia Energética Uruguai S.A. (CEU – 71,00%) – Sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ - Brasil, que tem por objetivo as atividades de desenvolvimento de estudos de inventário hidroelétrico do Rio Uruguai, no trecho entre as cotas 193m e 212m, bem como o desenvolvimento de estudos de viabilidade da UHE Iraí, os estudos ambientais pertinentes com vista à emissão da Licença Ambiental Prévia (LAP) para o empreendimento e demais estudos necessários para sua viabilização, podendo ainda constituir subsidiárias no Brasil ou no exterior. A CEU encontra-se em fase pré-operacional e terá potência instalada total bruta de 330MW. A SOG Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados Ltda. participam com 15% e 14% do capital restante, respectivamente.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

b. Controladas com Outorgas Revogadas

- Termelétrica Itapebi S.A.
- Termelétrica Monte Pascoal S.A.
- Termelétrica Pernambuco IV S.A.
- Termelétrica Termopower V S.A.
- Termelétrica Termopower VI S.A.

3. Base de Preparação

a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As presentes demonstrações anuais incluem:

As demonstrações anuais consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As demonstrações anuais individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade- CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações anuais individuais da Companhia e de suas investidas foram elaboradas de acordo com o BR GAAP. Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas em função de (i) avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto (joint ventures) pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo e (ii) manutenção de saldo de ativo diferido constituído até 31 de dezembro de 2008, formado basicamente por despesas pré-operacionais nas investidas. Esse procedimento foi permitido pelo CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e Medida Provisória nº. 449/08, e que tem caráter de transição até a total amortização desses saldos, enquanto que para fins de IFRS na data de transição, o saldo foi baixado em sua totalidade, para a conta de prejuízos acumulados no patrimônio líquido.

Algumas adequações foram procedidas nas informações anuais individuais da controladora e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às informações anuais consolidadas em IFRS, conforme requerido na Deliberação CVM 610/09 (CPC 43 – Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Dessa forma, as informações anuais da controladora e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às informações anuais utilizadas na preparação das informações anuais consolidadas em IFRS, conforme previsto no CPC 43-Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 31 de março de 2015, autorizou a emissão destas demonstrações financeiras.

b. Base de Mensuração

As informações anuais individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico, exceto pelos ativos financeiros classificados pelo valor justo através do resultado.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações anuais individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações anuais de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações anuais individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas 3:

Nota 14 - Propriedade para investimento

Nota 30 - Arrendamento financeiro a receber.

As informações sobre incertezas e sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 9 - Contas a receber

Nota 11 - Impostos a recuperar e diferido

Nota 12 - Investimentos

Nota 15 - Intangível

Nota 20 - Contingências.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***4. Principais Políticas Contábeis**

As políticas contábeis e os métodos de cálculo utilizados na preparação dessas informações anuais consolidadas e individuais são os mesmos adotados na preparação das demonstrações contábeis anuais da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, publicadas na CVM em 28 de março de 2014.

As primeiras demonstrações financeiras da Companhia de acordo com o IFRS, tendo o IFRS - *First time adoption* como base de elaboração, foram as demonstrações contábeis de 1º de janeiro de 2009 - balanço de abertura do exercício social de 2009 (vide demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2010).

A Companhia não apurou resultados abrangentes no período corrente.

4.1. Base de consolidação

Entidades da Companhia

Controladas Diretas	Participação acionária	
	31/12/2014	31/12/2013
2007 Participações S.A.	99,99%	99,99%
Termelétrica Itapebi S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower V S.A.	100,00%	100,00%
Termelétrica Termopower VI S.A.	100,00%	100,00%

A Companhia não apresentou alterações de participação em empresas consolidadas no período findo em 31 de dezembro de 2014 em relação às demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Apesar de a Multiner possuir mais do que a metade do poder de voto na New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO e na Companhia Energética do Uruguai – CEU, a Multiner não tem o poder de governar de forma independente as políticas financeiras e operacionais das investidas em razão de acordo firmado com os demais investidores. Consequentemente, a Companhia passou a aplicar o CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 – Nova redação – que estabelece a contabilização de investimentos em controladas e coligadas, e define os requisitos para aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures).

A Companhia exerce controle nas demais investidas listadas acima, e aplica o método da consolidação integral.

Os investimentos em sociedades controladas ou controladas em conjunto são avaliados por equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital estão registrados ao custo. Os mesmos são classificados como passivo, enquanto não houver formalização da intenção da Administração, em caráter irrevogável e irretratável de efetivar o aumento de capital, quando então serão tratados como parte do patrimônio líquido das investidas.

4.1.1. Principais procedimentos de consolidação

Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intra-grupo.

Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados da empresa controlada, exceto para as empresas que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09 (joint ventures).

Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas informações consolidadas.

O valor justo de ativos e passivos de Companhias adquiridas foi alocado nas contas específicas do balanço patrimonial consolidado.

4.1.2. Combinações de Negócios

A Companhia mensura o ágio como o valor justo da contraprestação transferida incluindo o valor reconhecido de qualquer participação não-controladora na companhia adquirida, deduzindo o valor reconhecido líquido (o valor justo) dos ativos e passivos assumidos identificáveis, todos mensurados na data da aquisição.

Para cada combinação de negócios a Companhia escolhe se irá mensurar a participação não-controladora pelo seu valor justo, ou pela participação proporcional da participação não-controladora sobre os ativos líquidos identificáveis, apurados na data de aquisição.

4.1.3. Aquisição de participação de acionistas não-controladores

É registrado como transações entre acionistas. Consequentemente nenhum ágio é reconhecido como resultado de tais transações.

4.1.4. Controladas e controladas em conjunto

As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

4.1.5. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações.

4.1.6. Instrumentos financeiros**Ativos financeiros não derivativos**

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

4.1.6.1. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja designado como mantido para negociação no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado abrangem as aplicações financeiras registradas como caixa e equivalentes de caixa e as aplicações financeiras vinculadas.

4.1.6.2. Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis estão representados por contas a receber de clientes, de partes relacionadas, arrendamento financeiro a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: financiamentos, debêntures, fornecedores, contas a

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

pagar de partes relacionadas e outras contas a pagar.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

4.1.7. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido. As ações preferenciais são resgatáveis, não dão direito a voto, têm direito a um dividendo mínimo de 10% superior aos atribuídos a detentores de ações ordinárias e possuem prioridade, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia no reembolso de sua parcela do capital social.

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, em caso de lucro, são reconhecidos como passivo.

4.1.8. Imobilizado

4.1.8.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, que representam os custos para colocar o ativo em condições de operação, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, se aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, que sejam atribuíveis a aquisição ou construção de ativos qualificáveis, são capitalizados como parte dos custos desses ativos, líquido da receita financeira decorrentes de investimentos temporários de tais financiamentos.

Os saldos de imobilizado referem-se a ativos pertencentes à Multiner e às seguintes empresas controladas pela Companhia: Monte Pascoal, Itapebi, Pernambuco IV, Termopower V e Termopower VI cujos valores estão com provisão de perda de recuperabilidade.

Revisões periódicas são feitas quanto à melhor estimativa de vida útil e valor residual das principais classes de seus ativos imobilizados e a segmentação e classificação dos principais itens do ativo imobilizado sujeitos à depreciação em prazos diferenciados de acordo com a vida útil.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

4.1.8.2. *Reclassificação para propriedade para investimentos*

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a Companhia deve escolher o método de mensuração desta propriedade. A Companhia decidiu reconhecer suas propriedades a custo de acordo como CPC 27 – Ativo Imobilizado.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho que a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

4.1.8.2.1. *Custos Subsequentes*

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item obedecendo às premissas de que seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o custo pode ser medido de forma confiável.

O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.8.2.2. *Depreciação*

A depreciação é calculada sobre o valor depreciable, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

As vidas úteis estimadas e as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado, estão de acordo com a Resolução Normativa da ANEEL – Agencia Nacional de Energia Elétrica nº 474 de janeiro de 2012.

4.1.9. Ativos Intangíveis

Ágio

O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis. Para a mensuração do ágio no reconhecimento inicial, veja a Nota Explicativa nº 15.

Quanto às aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009, o ágio representa o valor registrado de acordo com as práticas contábeis anteriormente adotadas, ajustado para a reclassificação de determinados intangíveis, veja Nota Explicativa nº 15.

Mensuração subsequente

O ágio é medido pelo custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

4.1.9.1. Custos de Desenvolvimento

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for técnica e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

4.1.9.2. Outros Ativos Intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicáveis.

4.1.9.3. Gastos Subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

4.1.9.4. Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A vida útil estimada para o saldo de

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

software para os períodos correntes e comparativos é de 5 anos.

4.1.10. Propriedade para Investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo no reconhecimento inicial e, subsequentemente pode ser mensurada a custo ou ao valor justo. A Administração decidiu por manter essas propriedades avaliadas pelo custo.

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno, localizado em Cabo de Santo Agostinho, o qual a Administração ainda determinará a sua melhor utilização e outro terreno na área rural de Santa Rita no estado da Paraíba, veja Nota explicativa nº 13.

4.1.11. Diferido

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Conforme mencionado nas notas explicativas Nº 3a , nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

4.1.12. Arrendamento Financeiro a receber

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato seja dependente do uso daquele ativo especificado.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados como arrendamentos financeiros são alocados entre receita financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do ativo (contas a receber) em aberto, veja Nota Explicativa nº 30.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

4.1.13. Redução ao valor recuperável - Impairment**4.1.13.1. Ativos Financeiros**

Os ativos financeiros classificados como “empréstimos e recebíveis” são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado.

4.1.13.2. Ativos Não Financeiros

Os ativos não financeiros da Companhia estão representados pelo ativo imobilizado e pelo intangível. Os valores contábeis do ativo imobilizado e intangível são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil, indefinidos ou ativos intangíveis, em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano na mesma época. Essas avaliações são efetuadas ao menor nível de ativos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

4.1.14. Benefícios Concedidos Empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

4.1.15. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

4.1.16. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita de vendas compreende o valor da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia, conforme apresentado na nota explicativa nº 22, líquida das devoluções, descontos e encargos sobre vendas. A receita de vendas de energia é reconhecida em função de sua realização. Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

O resultado financeiro líquido inclui principalmente receitas de juros sobre arrendamento financeiro e aplicações financeiras, despesas com juros sobre financiamentos que não se enquadrem como capitalização de custos de empréstimos, ganhos e perdas com avaliação a valor justo de acordo com a classificação do título, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

4.1.17. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% para o imposto de renda e 9 % de contribuição social sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentados em estudo técnico de viabilidade.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

4.1.18. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33).

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

4.1.19. Informação por segmento de negócio

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Administração da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Administração da Companhia efetuou avaliação considerando: (i) a natureza dos produtos, (ii) a natureza dos processos de produção, (iii) o tipo ou categoria de clientes, (iv) os métodos usados para distribuir os seus produtos e a natureza do ambiente regulatório, e, considerando que a Companhia atua apenas no setor de geração de energia, analisa e toma decisões com base em relatórios de resultados operacionais consolidados e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicações de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte.

Por tratar-se de apenas um segmento a apuração de resultado da Companhia já reflete o resultado por segmento.

Toda a receita da Companhia é proveniente de operações internas no País, oriunda da venda de energia.

4.1.20. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e, para fins de IFRS, são apresentadas como informação adicional.

4.1.21. Demonstração do resultado abrangente

A demonstração do resultado abrangente, que compreende itens de receita e de despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado, está sendo apresentada, porém não existem receitas e despesas que não estejam reconhecidas na demonstração do resultado para o período findo em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

4.1.22. Novas normas e interpretações

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC publicados e/ou revisados têm a sua adoção opcional ou obrigatória para o exercício iniciado em 01 de janeiro de 2014 ou em fase de discussão. A Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas suas demonstrações contábeis no período de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia dos impactos destes novos procedimentos e interpretações:

- (i) A seguir apresentamos os novos pronunciamentos que entraram em vigor a partir de 01 de janeiro de 2014, mas que não surtiram efeitos significativos na Companhia:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

- IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32: essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação.

- Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27): fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39: Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios.

(ii) A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2015:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2015. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta norma produza impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

- IFRIC 21 – tributos: clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos relevantes em suas demonstrações financeiras.

E ainda existem assuntos contábeis de interesse brasileiro que não interferem nas normas internacionais. Estes Pronunciamentos já estão substancialmente desenvolvidos, aguardando discussão com reguladores (Comissão de Valores Mobiliários – CVM), que são os seguintes:

- Combinação de Demonstrações Contábeis (CPC 44) – As demonstrações contábeis combinadas representam a aglutinação de demonstrações contábeis individuais de determinadas entidades, todas sob controle ou administração comum.

- Demonstrações Contábeis Pró-forma (OCPC 06) – Este Procedimento estabelece os critérios para compilação, elaboração e formatação de Informações Financeiras Pró-forma que só podem ser apresentadas quando assim forem qualificadas e desde que o propósito seja devidamente justificado em nota explicativa, como, por exemplo, em casos de reestruturações societárias, aquisições, vendas ou cisões de negócios.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Não existem outras normas IFRS que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

Legislação Tributária

Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 que em 13 de maio de 2014 foi convertida em Lei 12.973:

- Modifica a legislação tributária relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, à Contribuição para o PIS/PASEP e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS;
- Revoga o Regime Tributário de Transição – RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- Dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior ; e
- Altera dispositivos da Lei nº 12.865/2013 que reabriu o parcelamento de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Refis da Crise), instituído pela Lei nº 11.941/2009.

A Administração da Companhia avaliou estas alterações e não optou pela revogação do RTT em 2014 e concluiu não haver efeitos financeiros a partir de 2015, somente mudanças no layout da ECF do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis adotadas pela Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

a. Ativos intangíveis

O valor justo do ativo intangível reconhecido na combinação de negócios é baseado nos fluxos de caixa descontados que se espera que derivem do uso e possível venda dos ativos.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***b. Contas a receber de clientes e outros créditos**

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

c. Contas a receber de arrendamento financeiro

O contrato de compra e venda de energia, enquadrado de acordo com o ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, como arrendamento financeiro, possui características que tornam impraticável a segregação dos pagamentos entre venda de energia e arrendamento financeiro. Como consequência o valor do contas a receber foi estimado com base em valor equivalente ao valor justo do ativo subjacente. Veja Nota Explicativa nº 30.

d. Passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Quanto ao componente passivo dos instrumentos conversíveis de dívida, a taxa de juros de mercado é apurada por referência a passivos semelhantes que não apresentam uma opção de conversão.

6. Ajustes retrospectivos à 2013

Reconciliação do patrimônio líquido e o resultado do período, referem-se a retificação de erros de períodos anteriores, no reconhecimento e mensuração Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido a pagar e a Participação de Minoritários.

Reconciliação do Patrimônio Líquido e Resultado	Consolidado 31/12/2013	Controladora 31/12/2013
Patrimônio líquido divulgado	276.894	276.765
Efeitos decorrentes da retificação de erro do período anterior		
Atualização Dívida – Lucros acumulados	(196.439)	(196.439)
Ajuste na conversão de ações	196.439	196.439
Ajuste participação de minoritários referente exercícios anteriores	(121)	-
Provisão Conta Consumo Combustível	5.746	5.746
Despesas com Penalidades CCEE	(2.248)	(2.248)
Provisão de IRPJ e CSLL de controladas referente ao exercício de 2013	(174)	(174)
Ajustes outros créditos	(6)	-
Patrimônio líquido na retificação de erro de período anterior	280.091	280.089
Resultado divulgado	(112.172)	(112.172)
Provisão de IRPJ e CSLL de controladas referente ao exercício de 2013	(174)	(174)
Resultado líquido apurado na retificação de erro de período anterior	(112.346)	(112.346)

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***7. Caixa e equivalentes de caixa**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Caixa	1	3	1	3
Bancos conta movimento	520	3	1.533	2.229
Aplicações financeiras	141.504	110.302	141.507	110.304
	<u>142.025</u>	<u>110.308</u>	<u>143.041</u>	<u>112.536</u>

As aplicações financeiras são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado.

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
CCBs	IGMP + 9 a 10%	141.504	110.302	141.504	110.302
Itaú - Aplic. Automáticas		-	-	3	2
		<u>141.504</u>	<u>110.302</u>	<u>141.507</u>	<u>110.304</u>

Os valores de aplicação de R\$141.504 atualizados são referentes à subscrição de ações em 27 de dezembro de 2013 e 14 de julho de 2014, pelo FIP Multiner, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

8. Aplicações financeiras vinculadas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Título de Renda Fixa 80% CDI	1.767	-	1.767	-
Itaú Cash DI	-	-	2	1
	<u>1.767</u>	<u>-</u>	<u>1.769</u>	<u>1</u>

As aplicações financeiras vinculadas são classificadas como ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***9. Contas a receber**

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - RAESA (1)	21.491	35.446
Conta de Consumo de Combustível - CCC (2)	131.888	106.277
	<u>153.379</u>	<u>141.723</u>

O contas a receber de clientes é registrado pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, deduzidos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

- 1) Valores a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrados na controlada RAESA. O montante contempla os seguintes valores:
 - i) Faturamento mensal de potência contratada dos meses de novembro e dezembro de 2014, no valor de R\$ 17.171.
 - ii) Faturamento mensal de O&M dos meses de novembro e dezembro de 2014, no valor de R\$ 4.320.
- 2) Valores a receber de R\$ 131.888 da conta de CCC – ISOL (conta consumo de combustíveis isolados), controlada pela Eletrobrás S.A., que efetua o pagamento de parte do combustível utilizado pela RAESA diretamente à Petrobras Distribuidora, com o objetivo de possibilitar a cobertura de percentuais pré-estabelecidos do custo do combustível utilizado pelas usinas termelétricas por meio de contribuições mensais realizadas por todos os agentes do setor elétrico que comercializam energia elétrica com consumidores finais.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas a contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 28.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***10. Adiantamentos a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Engevix Engenharia S.A.	103	103	103	103
GTel Grupo Tec. de Eletromecânica Ltda (1)	-	-	2.016	3.617
Somax Ambiental & Acústica Ltda.	-	-	522	522
International Chamber of Commerce	425	375	425	375
Nova Energia Serviços Ltda.	450	450	450	450
Rodrigo Reck Dias - EPP	-	2.100	-	2.100
Outros	71	83	211	220
Total	1.049	3.110	3.727	7.387
 Circulante	 927	 2.988	 939	 2.998
 Não Circulante	 122	 122	 2.788	 4.389

(1) Refere-se a adiantamento concedido à empresa GTel Companhia Técnico de Eletromecânica, a título dos serviços de montagem eletromecânica a serem prestados nas UTEs de Sapeaçu (Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal). Estes valores foram considerados recuperáveis em função de negociação para que os serviços sejam prestados no desenvolvimento de projetos da Companhia.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***11. Impostos a recuperar e diferidos****11.1. Impostos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social	258	4.508	36.089	30.909
COFINS	1.281	1.272	5.039	5.057
PIS	278	276	1.094	1.098
IRRF sobre serviços	-	-	5.481	3.969
CSSL retido sobre serviços	-	10	1.343	8.608
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	706	98
Outros	289	50	407	6
Total	2.106	6.116	50.159	49.790
Circulante		-	11.027	9.317
Não Circulante	2.106	6.116	39.132	40.473

11.2. Impostos diferidos - Consolidado

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis.

A Companhia registrou as despesas pré-operacionais incorridas a partir de 1º de janeiro de 2009 diretamente em conta de resultado do exercício, com base na Lei nº 11.638/07 e pronunciamentos do CPC. Estas despesas foram adicionadas ao lucro líquido para fins de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social, sendo tratados como diferenças temporárias, posto que, serão dedutíveis em exercícios futuros.

As controladas Termelétrica Itapebi S.A., Rio Amazonas Energia S.A., Termelétrica Pernambuco IV e a controladora Multiner S.A. estão enquadradas no regime Tributário de Transição – RTT por executarem lançamentos contábeis que segundo a Lei nº 11.941 não se enquadram na apuração do Lucro Real.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, incorreram nas seguintes movimentações durante os exercícios apresentados:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***Movimentação do Imposto de Renda e da Contribuição Social Diferidos Ativos**

	Saldo em 31/12/2013	Imposto Diferido s/ diferenças temporárias	Transferência p/IR e CSLL à pagar	Saldo final 31/12/2014	Reconhecido no resultado
Rio Amazonas S.A. – RAESA	1.096	2.604	(2.604)	1.096	2.604
Multiner S.A.	-	14.113	(14.113)	-	14.113
Termelétrica Monte Pascoal S.A.		905	(905)	-	905
2007 Participações S.A	<u>22.390</u>	<u>(3.135)</u>	<u>-</u>	<u>19.255</u>	<u>(3.135)</u>
Total	23.486	14.487	(17.622)	20.351	14.487

A Companhia e suas investidas não possuem estudo de lucratividade futura que as permita registrar o ativo fiscal diferido decorrente de prejuízos fiscais acumulados. No caso das controladas Rio Amazonas S.A. e 2007 Participações S.A., o ativo fiscal diferido foi reconhecido em função de as controladas possuírem passivo fiscal diferido em valor superior ao ativo fiscal diferido.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos Passivos

	Saldo final 31/12/2013	Imposto diferido sobre diferenças temporárias	Transferência entre contas	Saldo final 31/12/2014	Reconhecido no resultado
2007 Participações S.A.	(46.548)	3.468	-	(43.080)	3.468
Rio Amazonas S.A.	<u>(5.139)</u>	<u>3.323</u>	<u>-</u>	<u>(1.816)</u>	<u>3.323</u>
Total	(51.687)	6.791	-	(44.896)	6.791

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

12. Investimentos

	Controladora	
	31/12/2014	31/12/2013
New Energy Options Geração de Energia S.A.	14.737	51.743
Termelétrica Itapebi S.A.	-	10.980
Termelétrica Monte Pascoal S.A	1.244	272
Ágio na aquisição de investimentos (1)	91.715	91.715
Total	107.696	154.710

12.2. Composição do Investimento

	Controladora					
	Saldo em 31/12/2013	Resultado de equivalência patrimonial	Aumento de Capital	Equivalência patrimonial no PL	Transferência p/o Passivo a Descoberto	Saldo em 31/12/2014
New Energy Op. Ger. de Energia S.A.	51.743	(37.006)	-	-	-	14.737
Termelétrica Itapebi S.A.	10.980	-	-	-	(10.980)	-
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	<u>1.402</u>	<u>716</u>	<u>255</u>	<u>(1.129)</u>	<u>-</u>	<u>1.244</u>
	64.125	(36.290)	255	(1.129)	(10.980)	15.981

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2013	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2014
New Energy Op. Ger. de Energia S.A.	<u>51.743</u>	<u>(37.006)</u>	<u>14.737</u>
	<u>51.743</u>	<u>(37.006)</u>	<u>14.737</u>

12.3. Composição da provisão para passivo a descoberto

A provisão para passivo a descoberto é composta pelo valor do patrimônio líquido negativo das investidas na data de encerramento do exercício, conforme apresentado abaixo:

	Controladora					
	PL negativo em 31/12/13	Resultado de Equivalência Patrimonial	Aumento de capital	Tranferência de Investimentos	Baixa de Investimentos	PL negativo em 31/12/14
2007 Participações S.A.	(120.290)	(30.019)	5	-	(646)	(150.950)
Cia Energética Uruguai - CEU	(1.816)	(3)	-	-	-	(1.819)
Termelétrica Itapebi S.A.	(1.118)	(34.604)	2.880	10.980	-	(21.862)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	(669)	(40)	56	-	-	(653)
Termelétrica Termopower V S.A.	(258)	(27)	87	-	-	(198)
Termelétrica Termopower VI S.A.	<u>(226)</u>	<u>(126)</u>	<u>145</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(207)</u>
Total	<u>(124.377)</u>	<u>(64.819)</u>	<u>3.173</u>	<u>10.980</u>	<u>(646)</u>	<u>(175.689)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado		
	PL negativo em 31/12/13	Resultado de Equivalência Patrimonial	PL negativo em 30/09/14
Cia Energética Uruguai - CEU	<u>(1.816)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.819)</u>
Total	<u>(1.816)</u>	<u>(3)</u>	<u>(1.819)</u>

12.4. Movimentação do Saldo do ágio na controladora

	Saldo em 31/12/2013	Saldo 31/12/2014
Investida		
2007 Participações S.A.	76.212	76.212
New Energy Options S.A. (NEO)	<u>15.503</u>	<u>15.503</u>
Total	<u>91.715</u>	<u>91.715</u>

12.5. Informações das Investidas

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas e controladas em conjunto.

As informações apresentadas abaixo não foram ajustadas pelo percentual de Participação mantido pela Companhia em suas Investidas.

			Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2013												
2007 Participações S.A.	99,99%	9.700	156.180	433.705	589.885	305.137	410.784	715.921	(126.036)	71.683	(98.611)	(26.928)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.514	936.012	1.098.526	86.066	947.782	1.033.848	64.678	148.638	(202.484)	(53.846)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	1.405	23.330	24.735	7.878	5.877	13.755	10.980	10.591	-	10.591
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	1.134	5.141	6.275	1.777	3.096	4.873	1.402	-	(10.159)	(10.159)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.672	10.672	721	12.508	13.229	(2.557)	-	(3)	(3)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	7	8	621	56	677	(669)	-	(68)	(68)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	161	0	161	193	87	280	(119)	1.692	(11.399)	(9.707)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	63	0	63	109	144	253	(190)	1.555	(1.418)	137

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	Part.	Qde de ações	Ativos Circulantes	Ativos não circulantes	Total de ativos	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Total de passivos	Patrimônio Líquido	Receita	Despesas	Resultado líquido do exercício
31/12/2014												
2007 Participações S.A.	99,99%	99.999	176.571	440.059	616.630	349.785	417.794	767.579	(150.949)	84.280	(113.654)	(29.374)
New Energy Options Ger. de Energia S.A.	80%	360.000	162.748	899.842	1.062.590	51.357	992.811	1.044.168	18.422	161.654	(207.911)	(46.257)
Termelétrica Itapebi S.A.	100%	1.368.999	436	23.264	23.700	7.984	37.579	45.563	(21.863)	3.159	(37.764)	(34.605)
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	1.728.999	144	5.075	5.219	1.489	2.487	3.976	1.243	2	(718)	(716)
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	710	0	10.668	10.668	721	12.509	13.230	(2.562)	-	(4)	(4)
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	100%	990	1	6	7	604	56	660	(653)	-	(40)	(40)
Termelétrica Termopower V S.A.	100%	990	24	1	25	60	198	258	(233)	2	(202)	(200)
Termelétrica Termopower VI S.A.	100%	990	25	0	25	61	137	198	(173)	2	(128)	(126)

As controladas da Companhia não têm suas ações negociadas em bolsa de valores.

As informações das controladas são incluídas nas informações consolidadas a partir da data em que o controle inicia até a data em que deixa de existir, exceto, as controladas com controle compartilhado (joint ventures), que passaram a aplicar a nova redação do CPC 18, CPC 36 e ICPC 09.

12.6. Comprometimento de capital

As eventuais garantias necessárias para que a investida New Energy Options Geração de Energia S.A. execute seu objeto social serão obtidas unicamente pela Multiner mediante contra garantia da outra acionista, Eólica Administração e Participação Ltda., proporcionalmente a sua participação no capital social. A Multiner também tem o compromisso de garantir empréstimos à Eólica quando for necessário realizar aumento de capital para fins de cumprimento do objeto social da investida, aportando em nome desta os recursos necessários.

A Multiner tem compromisso, firmado através de acordo de acionistas, de aportar o total de R\$ 8.094 na Companhia Energética do Uruguai S.A., dos quais R\$ 7.026 já foram aportados. A Companhia entende que o aporte restante na CEU não será realizado, em função do objetivo de vender sua parte desse ativo e recuperar o valor já aportado.

A Multiner concedeu mandato de representação para a Estelar Engenheiros Associados Ltda., com a finalidade de promover a intermediação de negociações, visando a venda da totalidade das ações da Cia Energética do Uruguai S.A.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***13. Propriedades para investimento**

As propriedades para investimento consistem de terrenos, no município de Sapeaçu, onde seriam instaladas as Termelétricas Monte Pascoal e Itapebi, cujas licenças de instalação e localização foram revogadas, terreno localizado em Cabo de Santo Agostinho e outro terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba, que a Administração ainda está avaliando a sua melhor utilização.

	Controladora e Consolidado	Controladora e Consolidado
	31/12/2014	31/12/2013
Sapeaçu/BA	667	667
Cabo de Santo Agostinho/PE	2.029	2.029
Santa Rita/PB	2.602	2.602
	5.298	5.298

A Administração decidiu por manter estas propriedades avaliadas pelo custo.

14. Imobilizado

	Controladora						
	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	283	20	131	28	269	54.174	54.905
Adições	142	-	-	-	15	926	1.083
Baixas	-	-	-	-	-	(55.100)	(55.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	425	20	131	28	284	-	888
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2013	(282)	(9)	(57)	(15)	(174)	-	(537)
Adições	(55)	(2)	(8)	(3)	(29)	-	(97)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(337)	(11)	(65)	(18)	(203)	-	(634)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2013	1	11	74	13	95	54.174	54.368
Em 31 de dezembro de 2014	88	9	66	10	81	-	254

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	Consolidado								Total
	Terrenos	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações	Equipamentos de informática e comunicação	Imobilizado em andamento	Ajuste ao valor recuperável	
Custo									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	67	283	20	142	28	273	126.544	(48.387)	78.970
Adições	-	142	-	-	-	15	2.676	-	2.833
Baixas	-	-	-	-	-	-	(55.100)	-	(55.100)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	67	425	20	142	28	288	74.120	(48.387)	26.703
Depreciação									
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	(282)	(9)	(60)	(15)	(176)	-	-	(542)
Adições	-	(55)	(2)	(9)	(3)	(30)	-	-	(99)
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	(337)	(11)	(69)	(18)	(206)	-	-	(641)
Valor contábil									
Em 31 de dezembro de 2013	67	1	11	82	13	97	126.544	(48.387)	78.428
Em 31 de dezembro de 2014	67	88	9	73	10	82	74.120	(48.387)	26.062

O valor de R\$ 55.100 baixado de imobilizado em andamento é referente ao adiantamento concedido à Wartsilla pela antiga administração que, conforme contrato de fornecimento, teve parte transferido para a controlada Rio Amazonas Energia S.A. (R\$ 22.617), parte para a Termelétrica Pernambuco III S.A. (R\$ 8.817) e R\$ 23.666 baixados contra resultado como multa pelo não cumprimento de determinados itens do contrato (Nota Explicativa nº 25).

Em 31 de dezembro de 2014 a administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável além das provisões já efetuadas.

15. Intangível**a. Composição do saldo**

O intangível é composto pelo ágio na aquisição de investimentos permanentes e por gastos relativos a desenvolvimento de projetos que irão gerar valor econômico futuro para a Companhia, demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ágio na aquisição de investimentos (i)	-	-	91.715	91.715
Contrato de compra de energia (ii)	-	-	126.706	136.907
Projeto Iraí (iii)	254	254	254	254
Software	71	88	77	100
Obras de Arte	-	-	34	34
	<u>325</u>	<u>342</u>	<u>218.786</u>	<u>229.010</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***(i) Ágio apurado na aquisição de Investimentos Permanentes:*****Ágio apurado na aquisição da New Energy Options***

A Multiner realizou projeções financeiras para as usinas Alegria I e II, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 13% a.a. e prazo de projeção dos resultados de 20 anos, de acordo com os contratos de venda de energia. O ágio apurado foi de R\$15.503.

Ágio apurado na aquisição da 2007 Participações

Em 10 de dezembro de 2010, a Multiner S.A. passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A. Foram efetuadas projeções financeiras para a usina UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, considerando diversos cenários econômicos. Tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda de energia, já celebrados, e os custos estimados para a construção e operação de tais usinas. O valor presente dos fluxos de caixa, que são parte dessas projeções, foi apurado considerando-se uma taxa de desconto de 11% a.a., e o prazo remanescente de 11 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212.

- (ii)** Refere-se ao valor presente do contrato de compra de energia firmado entre a Rio Amazonas Energia S.A e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., registrado nas demonstrações financeiras consolidadas em função da combinação de negócios.
- (iii)** Projeto Iraí: Refere-se a 71% dos investimentos realizados pela Companhia Energética do Uruguai S/A em estudos de revisão de inventário e de viabilidade técnico-econômica, para implantação de uma usina hidrelétrica a ser construída no rio Uruguai. Após a conclusão desses estudos, o mesmo será encaminhado à ANEEL para que seja realizado leilão para a concessão da construção e operação da usina. Caso a Multiner e suas associadas nesse empreendimento não sejam vencedoras nesse leilão, a Administração entende que os gastos na elaboração dos estudos de aproveitamento hídrico referentes à usina hidrelétrica de aproximadamente 330 MW serão ressarcidos.

Movimentação do intangível

	Prazos de vida útil	Custo Controladora			Saldo em 31/12/2014
		Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Amortização	
Software	5 anos	157	12	(1)	168
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
		411	12	-	422

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***Amortização Controladora**

	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Amortização	Saldo em 31/12/2014
Software	(69)	(28)	-	(97)
	342	(16)	-	325

Custo Consolidado

	Prazos de vida útil	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Amortização	Saldo em 31/12/2014
Software	5 anos	233	13	(1)	245
Obras de Arte	indefinida	34	-	-	34
Custos de desenvolvimento	indefinida	254	-	-	254
Ágio	indefinida	91.715	-	-	91.715
Contrato de compra de energia	indefinida	136.907	-	(10.201)	126.706
		229.143	13	(10.202)	218.954

Amortização Consolidado

	Saldo em 31/12/2013	Aquisições	Amortização	Saldo em 31/12/2014
Software	(133)	(35)	-	(168)
	229.010	(22)	(10.202)	218.786

16. Empréstimos e Financiamentos

Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado.

Conversão Obrigatória

Conforme item (f) 2.2.2 do primeiro aditivo ao Contrato de Reorganização e de Financiamento da Multiner S.A., o valor de R\$ 9.130 no circulante e R\$ 52.060 no não circulante, referem-se a obrigatoriedade da conversão de dívidas em capital, após concluída a listagem da Multiner S.A no segmento Bovespa Mais.

Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Explicativa nº 28. As obrigações por empréstimos e financiamentos líquidas do custo de captação são representadas como segue:

		Controladora	
	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Capital de giro (R\$)	16,47%	4.565	111.699
Capital de giro (R\$) - Conversão Obrigatória	16,47%	9.130	-
		<u>13.695</u>	<u>111.699</u>
Circulante		13.695	111.699
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de curto prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Capital de giro (R\$)	16,47%	4.565	111.699
Capital de giro (R\$) - Conversão Obrigatória	16,47%	9.130	-
Financiamento de investimento (R\$)	16,68%	160.462	116.578
		<u>174.157</u>	<u>228.277</u>
		<u>Consolidado</u>	
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	<u>Encargos anuais (*)</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Financiamento de investimento (R\$)	16,12%	324.644	360.144
Financiamento de invest. (R\$) - Conversão Obrigatória	16,12%	52.060	-
		<u>376.704</u>	<u>360.144</u>

Quadro resumo dos empréstimos e financiamentos por indexador de origem:

Consolidado

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Financiamentos de curto prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	31/12/2014	31/12/2013
IGPM	16,68%	165.027	228.277
IGPM - Conversão Obrigatória	16,68%	9.130	-
		174.157	228.277
Consolidado			
Financiamentos de longo prazo denominados em reais	Encargos anuais (*)	31/12/2014	31/12/2013
IGPM	16,12%	324.644	360.144
IGPM - Conversão Obrigatória	16,12%	52.060	-
		376.704	360.144

(*) Custo médio ponderado da variação do IGP-M/CDI desde a concepção da dívida até a presente data, acrescidos dos juros médios ponderados.

O cronograma de pagamento das parcelas de curto e longo prazos dos empréstimos e financiamentos é o seguinte:

		Controladora	
		31/12/2014	31/12/2013
2015		13.695	111.866
Custo de captação		-	(167)
		13.695	111.699
		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013
2014		-	228.444
2015		174.157	82.826
2016		112.850	44.559
2017		17.762	15.667
2018		19.802	17.468
2019		21.386	18.865
2020 em diante		204.904	180.759
Custo de captação		-	(167)
		550.861	588.421

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Covenants

Em 14 de julho de 2014, a Companhia e suas subsidiárias encerraram a reestruturação financeira iniciada em meados de 2012. As CCBs das subsidiárias possuem determinadas cláusulas restritivas (*covenants*) que, com esta reestruturação financeira, não apresentam inadimplementos, considerando que todas as CCBS estão vigentes e não tiveram vencimento antecipado formalizado. Esses acordos assumidos com os credores resultaram em alongamento de prazos, diminuição de taxas e conversão de parte da dívida em capital, afetando os índices de forma significativa. Em Assembleia Geral de Debenturistas – AGD realizada em 15 de abril de 2014, a Companhia obteve anuência dos titulares das debêntures de 2ª emissão quanto ao não cumprimento de covenants. Nesta mesma data foram liquidadas ou convertidas em capital 149 de 167 debêntures em circulação.

Garantias dos financiamentos

As seguintes garantias foram fornecidas aos credores em função das operações de financiamento da Companhia:

- Cessão dos direitos creditórios dos empreendimentos;
- Alienação fiduciária dos equipamentos;
- Fianças bancárias;
- Seguro de conclusão das obras;
- Aplicações financeiras;
- Penhor dos direitos emergentes da resolução autorizativa e dos contratos de compra e venda de energia dos seus empreendimentos;
- Penhor das ações da Sociedade;
- Fiança dos acionistas; e
- Hipoteca do Terreno da RAESA no valor de R\$ 630.

A controlada Rio Amazonas S.A. tem passivo vencido de CCBs de aprox. R\$ 8.954, valor que não considera as CCBs de titularidade da Multiner S.A.

Vide quadro de maturidade dos financiamentos, considerando valor nominal e incluindo juros a vencer, na Nota Explicativa nº 28.

Conforme o acordo de reorganização financeira da Multiner, fechado em março de 2012, no momento do fechamento da operação de reestruturação financeira da Multiner, que ocorreu em julho de 2014, as CCB's da Controlada New Energy com vencimento a partir de fevereiro de 2012, terão carência de até 5 anos no pagamento dos valores de principal e as CCB's da Controlada RAESA terão vencimento à partir de 31 de janeiro de 2015.

Em 15 de julho de 2014, 100% dos debenturistas da 2ª emissão de debêntures da Companhia, deliberaram por unanimidade o seguinte:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

- Alterar a data do vencimento e remune razão anual para 1º de julho de 2015;

- Autorizar o agente fiduciário a tomar as providências necessárias, visando ao cumprimento das deliberações dessa Assembléia;

A Emissora esclareceu que recomprou 149 (cento e quarenta e nove) debêntures pelo preço unitário calculado pela CETIP de titularidade da Fundação Petrobrás de Seguridade Social PETROS. Eletra – Fundação CELG de Seguros e Previdência, FI Renda Fixa Ipiranga, FIM Crédito Privado Salus e Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – REFER, restando 18(dezoito) Debêntures em Circulação.

17. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativa Engenharia e Participações Ltda	113	113	113	113
CCEE - Câmara de Comercializ. Energia	-	416	-	480
Caterpillar Motoren GMBH & Co.	-	-	6.900	6.900
Davis Polk & Wardwell	367	324	367	324
EMPA S.A. Serviços de Engenharia	-	-	4.477	4.477
Engevix Engenharia S.A.	-	-	684	684
G5 Energy Participações Ltda	-	366	-	366
Kaercher e Baggio Soc. de Advogados	-	166	-	173
Kroma Comercializ. De Energia Ltda	-	183	-	183
Machado Meyer Sendacz e Poice Advogados	283	283	283	283
Medabil Sistemas Construtivos S.A.	-	-	723	723
Petrobras Distribuidora S.A. (a)	-	-	135.219	109.928
Wartsila Brasil Ltda.	-	-	9.526	14.128
Wartsila Finland	-	-	3.896	12.730
Wartsila Switzerland	-	-	3.700	5.826
Outros	283	935	1.514	2.234
Total	1.046	2.786	167.402	159.552
Circulante	1.046	2.786	164.028	156.178
Não circulante	-	-	3.374	3.374

(a) Destaca-se o valor a pagar a Petrobras Distribuidora, referente ao consumo de combustível da investida RAESA, a ser reembolsado pela Eletrobrás (via a conta de CCC) e pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., conforme destacado na Nota Explicativa nº 9.

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores é divulgada na Nota Explicativa nº 28.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***18. Obrigações fiscais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
ICMS	-	105	2.880	3.141
IOF	398	8.284	502	11.338
Parcelamentos de ICMS(1)	-	-	24.024	33.209
Parcelamentos de IRPJ e CSLL(2)	-	-	-	1.431
Parcelamentos IOF (2)	-	11.075	-	11.075
Outros	10	21	828	867
Total	408	19.485	28.334	61.061
Circulante	408	10.701	12.689	27.124
Não Circulante	-	8.784	15.545	33.937

- 1) O valor de R\$24.024 no consolidado, refere-se substancialmente ao ICMS devido pela controlada Rio Amazonas Energia S.A. – RAESA que, em dezembro de 2012, foi negociado junto à Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas para parcelamento (saldo inicial no valor de R\$ 46.321).
- 2) O valor de R\$ 11.075 no consolidado referente a dívida de IOF de 2011, 2012 e 2013 da Multiner e Raesa foi integralmente quitado pela Companhia e controladas em novembro de 2014, com base nos benefícios dados pela Lei n.º 13.043/2014, que permitiu, inclusive, a utilização de crédito de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL apurados pela Companhia e controladas até 31 de dezembro de 2013 para pagamento dos débitos. O mesmo benefício foi aplicado ao valor de R\$ 1.431 referente ao parcelamento de IR e CSLL existente na controlada Monte Pascoal.

19. Transações com partes relacionadas***Remuneração de pessoal-chave da administração***

Os administradores apresentados na nota a seguir são os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o estatuto social da Companhia, é responsabilidade dos acionistas, em Assembléia Geral, fixarem o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores.

O impacto da remuneração dos administradores da Companhia no resultado do período findo em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 está apresentado no quadro abaixo:

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Administradores (pró-labore)	1.138	1.019	1.163	1.042
Conselho de Administração/Fiscal (Honorários)	763	817	763	817
Comitê Financeiro (Honorários)	78	126	78	126
Total	1.979	1.962	2.004	1.985

Controladora

A Companhia está sob a gestão da Bolognesi Participações S.A, conforme estatuto de fechamento de 21 de outubro de 2014.

Segue resumo das operações e saldos com empresas relacionadas:

Classificação	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	Controladora		Consolidado	
						31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Ativo Não Circulante:									
Contas a Receber	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm. e Par.t Ltda	44.432	42.263	44.432	42.263
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Pessoa Chave	A&G	-	261	-	261
Contas a Receber	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	2.420	2.420	2.420	2.420
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term Elétrica Itapebi S.A.	2.311	2.880	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Term. Elétrica Monte Pascoal S.A.	776	256	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Cia Energerica do Uruguai S.A.	7.026	7.026	7.026	7.026
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Pernambuco IV S.A.	56	56	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	2007 Participações S.A.	1	5	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	-	4.000	-	4.000
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower V	198	86	-	-
AFAC	AFAC	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termeletrica Termopower VI	137	145	-	-
Valores a Receber	Aporte de capital	Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm e Part Ltda	15.113	13.628	15.113	13.628
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termeletrica Pernambuco III	-	24	-	24
Contrato de Mútuo	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A (a)	175.923	150.976	175.923	150.976
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	39.184	-	39.184	-
Contrato de Mútuo	Pagamento despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionadas	Central Energética Palmeiras S.A.	42.236	-	42.436	-

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Contrato de Mútuo	Pagamento Despesas	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	12.434	-	12.434	-
Contrato de Mútuo	Repasse Créditos Wartsilla	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	9.077	-	9.077	-
Contas a Receber	Assunção de Dívida	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A(b)	28.962	26.483	28.962	26.483
Não Circulante:						<u>380.286</u>	<u>250.509</u>	<u>376.807</u>	<u>247.081</u>
						Controladora		Consolidado	
Classificação Passivo Circulante:	Descrição	Data de Vencimento ou prazo	Condição de rescisão ou término	Vínculo	Parte Relacionada	31.12.2014	31.12.2013	31.12.2014	31.12.2013
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Eólica Tecnologia S.A.	-	-	10	10
Circulante:						<u>-</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Passivo Não Circulante:									
Dívidas com pessoas ligadas	Contratos de mútuos	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	62.498	41.354	-	-
Contas a pagar		Indeterminado	Inexistente	Pessoa chave	Crisga Consultoria Ltda.	-	4	-	4
Não Circulante:						<u>62.498</u>	<u>41.358</u>	<u>-</u>	<u>4</u>
Resultado do Período									
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Sta. Rita de Cássia S.A.	-	20	-	20
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Termelétrica Pernambuco III S.A.	1.481	13	1.481	7
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	2.158	13	2.158	7
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Acionista	Bolognesi Participações S/A	19.928	12.851	19.928	12.851
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche I S.A.	-	2	-	2
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower V S.A.	-	419	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Trapiche II S.A.	-	1	-	1
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Termelétrica Termopower VI S.A.	-	917	-	-
Receitas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Parte Relacionada	Central Energetica Palmeiras S.A.	2.157	-	2.157	-
Contas a receber		Indeterminado	Inexistente	Joint Venture	Eólica Adm. e Part Ltda	4.654	3.586	4.654	3.586
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	Rio Amazonas Energia S.A.	(6.210)	(2.947)	-	(2.947)
Despesas Financeiras	Contrato de mútuo	Indeterminado	Inexistente	Controlada	New Energy Options S.A.	(56)	-	(56)	-
Resultado:						<u>24.112</u>	<u>14.875</u>	<u>30.322</u>	<u>13.527</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

- (a) O valor de R\$ 175.923 é referente ao contrato de mútuo entre Multiner S.A. e a controladora Bolognesi Participações S.A. cujo valor principal é de R\$ 150.000 e juros de R\$ 25.923. Esse valor será utilizado quando da capitalização indireta de Mesa S.A, conforme cláusula 2.2.2.1 do primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Multiner S.A., assinado em 14 de julho de 2014.
- (b) Trata-se da assunção de dívida dos antigos sócios da Companhia no valor de R\$ 28.962, sendo R\$23.542 de principal e juros de R\$ 5.420.

20. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são parte em ações de naturezas cíveis e regulatórias. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, segregou as chances de êxito nesses processos entre provável e possível.

As causas foram classificadas como provável quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão. Para essas causas, uma provisão para contingências foi constituída no valor total da causa.

As causas foram classificadas como possíveis quando, na avaliação da Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia não admite a obrigação, por entender que existem fortes argumentos de defesa. Nesses casos, a Administração considera que é improvável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a causa em discussão, ou que o valor da saída de recursos não pode ser estimado com confiança, por ainda depender de eventos futuros relevantes. Para essas causas, nenhuma provisão foi constituída.

Risco provável

Empresa	Descrição dos processos	Controladora		Consolidado	
		31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Itapebi	Ação de Cobrança, pelo rito ordinário fundamentada no inadimplemento do protocolo de intenções firmado entre a Medabil e a Itapebi para a celebração do contrato de fornecimento e montagem de materiais.	-	-	1.336	1.336
Itapebi	Provisão processo Arbitragem Caterpillar AG (a)	-	-	32.270	-
Multiner	Contingências trabalhistas diversas	1.564	900	1.564	900
		<u>1.564</u>	<u>900</u>	<u>35.170</u>	<u>2.236</u>

a) A Companhia realizou a provisão de EU\$ 10,000,000.00 em relação ao processo de Arbitragem da Caterpillar, cujo valor arbitrado foi de EU\$ 5,175,651.00 em desfavor da Companhia. Todavia, para tal saldo devedor deve ser acrescentado juros diários de EU\$ 1,276.00.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***Risco possível**

Empresa	Descrição dos processos	Controladora 31/12/2014	Consolidado 31/12/2014
Monte Pascoal	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Itapebi	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	-	20.367
Multiner	Aplicação de Penalidade pela ANEEL referente revogação da outorga por descumprimento do cronograma e obrigações da UTE Pernambuco IV. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia, até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação do empreendimento.	32.938	32.938
2007/Raesa	Processo administrativo em andamento junto à distribuidora Amazonas Energia em razão do atraso na conversão da usina para operação bicomcombustível, em fase de contraditório. Apresentada defesa com base (i) na ausência de mora contratual pelo atraso, uma vez que não deu causa à mora, (ii) ausência de obrigação contratual entre RAESA e Amazonas Energia, e (iii) a inexistência de relação contratual entre CIGÁS – fornecedora e a RAESA. Defesa administrativa apresentada, tendo sido obtida decisão judicial liminar suspendendo a cobrança do valor correspondente ao gás, que a AME pretendia glosar na fatura.	-	21.393
Termopower V e VI	Aplicação de penalidade pela ANEEL referente à revogação da outorga por descumprimento de cronograma e obrigação. Obtida decisão liminar suspendendo a execução do seguro-garantia até a apuração pela ANEEL, do efetivo prejuízo ocasionado pela não implantação dos empreendimentos.	-	32.000
Monte Pascoal	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretensão prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa	-	35.000

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

	rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.		
Itapebi	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/13, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	-	35.000
Multiner	Com a suspensão dos Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrados e, com a revogação da outorga do empreendimento, as distribuidoras pretendem a rescisão contratual com pagamento de multa. Foi obtida decisão liminar em processo judicial, já transitada em julgado, garantindo a proteção dos interesses da Cia no sentido de descaracterizar o pretenso prejuízo sofrido pelas distribuidoras, haja vista ser notório ao setor elétrico que o mercado de distribuição de energia estava sobrecontratado à época da suspensão. O mecanismo para comprovar tal argumentação e, portanto, a ausência de multa rescisória de natureza compensatória, é a arbitragem. Processo arbitral iniciado, em fase de contraditório, com decisão proferida pelo Tribunal Arbitral em 05/07/2013, determinando o depósito cautelar equivalente a R\$12 milhões pelas requerentes, recuperado em maio de 2013 e, a suspensão pelas distribuidoras, de todas as ações de cobrança ajuizadas até então.	35.000	35.000
Total		<u>67.938</u>	<u>232.065</u>

Existem ainda alguns processos possíveis de perda, de natureza cível e ambiental, cujo montante é de R\$ 12.363.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***21. Patrimônio líquido****a. Capital subscrito e integralizado**

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 855.811 (647.314 em 31 de dezembro de 2013), composto por 7.601.240 ações, sendo 3.901.954 ordinárias e 3.699.286 ações preferenciais (3.215.360 ações ordinárias e 3.127.879 ações preferenciais em 31 de dezembro de 2013). Todas as ações emitidas foram integralizadas. Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a composição acionária era a seguinte:

31/12/2014

Acionistas	Qde Total	EO	EPD	EPC	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	2.413.596	2.413.594	1	1	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	5.187.644	1.488.360	-	-	3.048.944	650.340
	<u>7.601.240</u>	<u>3.901.954</u>	<u>1</u>	<u>1</u>	<u>3.048.944</u>	<u>650.340</u>

31/12/2013

Acionistas	Qde Total	EO	EPB	EPA
Bolognesi Participações S.A.	1.727.000	1.727.000	-	-
Multiner Fundo de Invest. em Participações	4.616.239	1.488.360	2.559.594	568.285
	<u>6.343.239</u>	<u>3.215.360</u>	<u>2.559.594</u>	<u>568.285</u>

Em 28 de março de 2012, JABR Participações S.A, Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria como “Vendedores” e a Bolognesi Participações S.A. como “Compradora” celebram o contrato de compra e venda de ações para alienação da totalidade das ações da Multiner e suas Controladas. Nos termos desse contrato a operação tem como objetivo (a) o refinanciamento das dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento dos seus acionistas e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.

Ainda em 28 de março de 2012, através de Ata de Assembleia Geral Extraordinária, ocorreram as seguintes deliberações: (i) aprovar o cancelamento das 52.148 ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia que, à época, eram mantidas em tesouraria (ii) aprovar a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em circulação em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, na proporção de 1:1; (iii) considerando (a) a total integralização do atual capital social da Companhia e (b) a necessidade de capitalização da Companhia para efetiva execução do seu objeto social, aprovar o aumento de capital social da Companhia por meio de subscrição de novas ações, nas seguintes condições:

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

(1) valor do aumento: R\$ 391.636 sendo deste valor integralização imediata de R\$ 99.999 e o saldo restante equivalente a R\$ 291.636 integralizado em dinheiro conforme chamadas de capital que foram realizadas pelo Conselho de Administração e condicionadas à prévias autorizações especificadas na AGE.

Em 28 de setembro de 2012, conforme “Termo de Fechamento”, as ações dos antigos acionistas, Cia 44 de Negócios S.A., JABR Participações S.A., Cia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria, passaram a ser de propriedade da Bolognesi Participações S.A. que se tornou a partir desta data controladora da Multiner S.A. No entanto na Custódia do Banco Itaú S.A., ainda consta os antigos sócios, pois as ações estão em garantia dos debenturistas.

Em 18 de julho de 2013 os detentores de debêntures de 2ª emissão, aprovaram pela substituição de titularidade das ações da Multiner S.A. em garantia, que representavam a maioria das ações dos antigos sócios.

Em 27 de dezembro de 2013 foi aportado na Companhia o valor de R\$ 105.425.574,44 (cento e cinco milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, quinhentos e setenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para emissão e integralização de 41.829 ações classe A e 588.843 ações classe B, na Multiner S.A. Essa emissão de ações classe A e classe B tem por objetivo equacionar a dívida com credores não quotistas do FIP Multiner (CELOS, CAPAF, ELETRA E METROS), os quais integralizarão novas quotas do FIP Multiner, por meio das conferências desses créditos detidos contra a Companhia, pelo que o FIP Multiner, que passará a ser titular de tais créditos integralizará as ações ora emitidas, mais uma vez por meio da dação desses à companhia, que deverá em seguida efetuar a compensação e cancelamento dos créditos.

Em 14 de julho de 2014, foi assinado o "Primeiro Aditivo ao Contrato de Reorganização e de financiamento da Multiner S.A., alterando algumas condições do plano de recapitalização da Companhia, dentre os quais se destacam; (i) aumento de capital da Companhia no valor de R\$ 208.497, sendo R\$ 152.917 por meio de emissão de 571.405 ações preferenciais subscritas e integralizadas por Multiner Fundo de Investimento em Participações e R\$ 55.580 por meio da emissão de 686.594 ações ordinárias, uma ação preferência classe C e 1 ação preferencial classe D subscritas e integralizadas por Bolognesi Participações S.A.; (ii) alteração das características de ações preferenciais; (iii) emissão de três lotes de bônus de subscrição e; (iv) outros créditos no valor de R\$ 236.663, serão capitalizados pela conversão de dívidas da Postalís e Fundiágua assim que seja concluída a Listagem da Multiner no Bovespa Mais.

Ações preferenciais

Em 2009 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 149.526, com emissão de 497.768 ações preferenciais regatáveis. Este aumento de capital gerou reserva de ágio na emissão de ações no montante de R\$ 316.259.

As ações Preferenciais Nominativas Resgatáveis - PNR eram conversíveis em ações ON da Companhia, no quarto ano contado da data de aprovação da sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008, na proporção de 1:1, isto é, cada ação preferencial poderia ser convertida em uma ação ordinária de emissão da Companhia.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014**

(Em milhares de Reais)

Além do direito de conversão em ações ordinárias descrito acima, essas ações, possuíam direito a dividendos no mínimo 10% maiores que os atribuídos às ações ordinárias, participação integral nos resultados da Companhia em igualdade com as ações ordinárias e preferência em deliberar sobre a conversão das ações preferenciais resgatáveis em ações ordinárias de emissão da Companhia na proporção de 1:1, caso a Companhia decidisse realizar emissão pública de ações antes do prazo previsto para conversão dessas ações em ações ordinárias.

Decorrido o prazo mencionado acima, caso o acionista optasse pela não conversão de suas ações, as mesmas seriam resgatadas pela Companhia, obedecendo a um cronograma de pagamento, que equivalia ao resgate de 1/6 das ações preferenciais resgatáveis, em seis semestres consecutivos contados a partir de 24 de maio de 2013, ao preço que corresponderia ao preço de emissão atualizado pela variação do Índice Geral de Preços ao Mercado (IGP-M) acrescido de 9,5% ao ano, desde a data de sua emissão, descontados os valores recebidos a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro rendimento auferido pelas ações preferenciais resgatáveis, também atualizados pelo IGP-M, acrescido de 9,5% ao ano, desde a data do recebimento dessas quantias.

Em 28 de março de 2012, foi autorizada a conversão da totalidade das ações preferenciais resgatáveis em ações preferenciais classe A de emissão da Companhia, em proporção de 1:1, tendo como titular o Multiner Fundo de Investimento em Participações e que apresentam características similares às antigas ações preferenciais resgatáveis. Tais ações são conversíveis tanto em ordinárias quanto em preferenciais classe B com característica de capital social, esta última, mediante a realização de ações previstas no Contrato de Reorganização e de Financiamento da Companhia que já foram integralmente atendidas.

b. Reserva de capital para investimentos

Essa reserva foi constituída em 31 de dezembro de 2007 e aprovada pelos acionistas da Multiner, conforme AGE da mesma data, com o intuito de promover o aporte de recursos para investimentos.

c. Reserva de ágio na emissão de ações

O montante de R\$ 269.362 é decorrente de ágio apurado através de análise a valor de mercado quando da emissão, em 2009, de ações preferenciais resgatáveis. Em 14 de julho de 2014 conforme primeiro aditivo ao contrato de reorganização e financiamento da Companhia foi realizado o ajuste na conversão das ações preferenciais no valor de R\$196.439. Em 2015 a Companhia deliberará em Assembleia Geral a transferência do valor de R\$ 465.801 ora registrado na conta “Reserva de Ágio” para a conta de “Capital Social”, alterando assim o artigo 5º do Estatuto Social.

d. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/1976 (redação alterada pela Lei nº 10.303/2001). A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado ao dividendo mínimo obrigatório.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

A Companhia não apresentou resultado positivo para base de pagamento de dividendos nos exercícios apresentados.

22. Receita operacional

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Fornecimento de energia:		
Potência Garantida	100.259	93.397
Operação e Manutenção	25.043	22.315
	<u>125.302</u>	<u>115.712</u>
Deduções:		
PIS	(2.067)	(1.909)
COFINS	(9.523)	(8.794)
ICMS	(31.326)	(28.928)
Leasing Financeiro - RAESA	(30.481)	(26.584)
Outras deduções	(313)	(3.288)
	<u>(73.710)</u>	<u>(69.503)</u>
Receita líquida de vendas	<u>51.592</u>	<u>46.209</u>

A rubrica “Outras deduções” inclui: Glosa / Penalidade – R\$ 313 (R\$ 3.288 em 31 de dezembro de 2013), da controlada RAESA.

O item “Leasing Financeiro” de R\$ 30.481 (R\$ 26.584 em 31 de dezembro de 2013), é referente a amortização realizada conforme CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil. O ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. (“RAESA”) se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro, conforme Nota Explicativa nº 30.

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no período de janeiro a dezembro de 2014, pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***23. Despesas gerais e administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Pessoal	-	-	(3.080)	(3.172)
Honorários dos administradores	(1.979)	(1.962)	(2.004)	(1.985)
Tributárias	(99)	(625)	(765)	(968)
Depreciação/Amortização	(126)	(71)	(10.334)	(10.296)
Consultorias e assessorias em geral	(3.540)	(3.330)	(4.267)	(3.793)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(667)	(406)	(1.940)	(1.473)
Armazenagem	-	-	(2.002)	(1.930)
Consultoria jurídica	(798)	(4.052)	(1.022)	(4.586)
Seguros	(82)	(134)	(182)	(416)
Aluguel	(2.173)	(2.524)	(2.181)	(2.741)
Viagens	(517)	(615)	(538)	(763)
Outras despesas	(1.399)	(1.488)	(2.090)	(2.053)
	<u>(11.380)</u>	<u>(15.207)</u>	<u>(30.405)</u>	<u>(34.176)</u>

24. Custo das vendas

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Operação e manutenção	(13.102)	(9.759)
Óleo lubrificante	(2.053)	(2.800)
Material de consumo	(2.801)	(8.645)
Seguros	(257)	(254)
Aluguel de máquinas e equipamentos	(3.049)	(1.109)
Outros custos	(128)	(235)
	<u>(21.390)</u>	<u>(22.802)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***25. Outras despesas/receitas operacionais**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Provisão perda aquisição 2007 Participações S.A.	(646)	(2.090)	-	-
Provisão/reversão para contingências (1)	(1.064)	-	(32.239)	-
Provisão/reversão de penalidades energia elétrica	-	(1.731)	-	(1.881)
Perda de ativo não recuperável (2)	(23.927)	(5.425)	(23.927)	(11.332)
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(816)	(753)
Baixa de Investimentos	-	(463)	-	(463)
Despesa com processos trabalhistas/cíveis	(683)	(228)	(683)	(228)
Perda na desativação de bens	-	-	(2.522)	-
(-) Outras receitas/despesas	5.138	(177)	5.809	(869)
	<u>(21.182)</u>	<u>(10.114)</u>	<u>(54.378)</u>	<u>(15.526)</u>

(1) O valor de R\$ 32.239 refere-se basicamente à provisão para perda do processo de arbitragem da empresa Caterpillar AG., no valor de 10 milhões de euros

(2) O valor de R\$ 23.927 inclui despesas com o não cumprimento de cláusulas contratuais com a Wartsilla no valor principal de R\$ 23.666.

26. Despesas com Benefícios a Funcionários

A Companhia não concede a seus funcionários benefícios de aposentadoria, pós-emprego, remuneração baseada em ações ou nenhum outro tipo de benefício de longo prazo. As despesas com os funcionários estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Ordenados e Salários	(1.865)	(1.930)
Encargos Sociais	(667)	(715)
Benefícios	<u>(548)</u>	<u>(527)</u>
	<u>(3.080)</u>	<u>(3.172)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

No ano de 2013 a Diretoria Financeira decidiu modificar o critério de rateio da folha de pagamento, estamos distribuindo as despesas somente com as controladas operacionais, rateio este feito em relação a receita bruta de cada usina, com isso a Controladora passa a não computar despesas com funcionários.

27. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas Financeiras				
Variação monetária negativa	(2.907)	(7.996)	(23.247)	(27.556)
Despesa com juros	(11.744)	(11.658)	(62.905)	(49.583)
Despesa com multas	(2.539)	(3.294)	(4.070)	(3.711)
Variação cambial negativa	(123)	(116)	(11.434)	(5.960)
Despesa com mútuos	(6.266)	(2.947)	(56)	-
Despesa com IOF & IOC	(4.672)	(7.798)	(6.029)	(8.846)
Outras despesas financeiras	(260)	(405)	(677)	(668)
	<u>(28.511)</u>	<u>(34.214)</u>	<u>(108.418)</u>	<u>(96.324)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	13.287	4.957	13.584	4.957
Variação monetária positiva	4.654	3.586	4.654	3.749
Receita com mútuos	25.724	14.223	25.724	12.887
Variação cambial positiva	1.059	124	7.524	5.110
Atualização monetária s/créditos tributários	267	292	3.451	2.573
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	20.708	19.233
Outras receitas financeiras	170	1.041	175	1.469
	<u>45.161</u>	<u>24.223</u>	<u>75.820</u>	<u>49.978</u>
Resultado Financeiro	<u>16.650</u>	<u>(9.991)</u>	<u>(32.598)</u>	<u>(46.346)</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***28. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco**

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as diretrizes e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Administração da Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Controladora

Mensuração	31/12/2014		31/12/2013	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	142.025	142.025	110.308
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 19)	Custo amortizado	369.781	369.781	236.055
		<u>511.806</u>	<u>346.363</u>	<u>346.363</u>
Passivo				
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Fornecedores (Nota 17)	Custo amortizado	1.046	1.046	2.786
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 19)	Custo amortizado	62.498	62.498	41.358
Contas a pagar	Custo amortizado	3	3	1.506
Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	4.565	4.506	111.699
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 16)	Custo amortizado	9.130	9.012	-
		<u>77.242</u>	<u>77.065</u>	<u>157.349</u>
				<u>156.171</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***Consolidado**

		31.12.2014		31/12/2013	
	Mensuração	Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor justo
Ativo					
Empréstimos e recebíveis					
Caixa e equivalente de caixa (Nota 7)	Custo amortizado	143.041	143.041	112.536	112.536
Contas a receber (Nota 9)	Custo amortizado	153.379	153.379	141.723	141.723
Valores a receber Partes Relacionadas (Nota 19)	Custo amortizado	369.781	369.781	236.055	236.055
		666.201	666.201	490.314	490.314
Ativos financeiros mantidos para negociação					
Aplicações financeiras Fundos de Investimentos (Nota 8)	Valor justo	1.769	1.769	1	1
		1.769	1.769	1	1
Passivo					
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado					
Fornecedores (Nota 17)	Custo amortizado	167.402	167.402	159.552	159.552
Valores a pagar Partes Relacionadas (Nota 19)	Custo amortizado	-	-	4	4
Contas a pagar	Custo amortizado	4	4	1.506	1.506
Financiamentos (Nota 16)	Custo amortizado	489.671	439.589	588.421	506.018
Financiamentos - Conversão Obrigatória (Nota 16)	Custo amortizado	61.190	59.359	-	-
		718.267	666.354	749.483	667.080

Uma das principais responsabilidades da Administração da Companhia é o gerenciamento, dentro de uma diretriz global, das exposições aos riscos de taxa de juros, taxa de câmbio, crédito e liquidez. Neste contexto, a Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados por meio de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposições aos mesmos. A política de controle consiste no acompanhamento das taxas contratadas *versus* às vigentes no mercado.

Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado e classificação, seguem as seguintes considerações:

Caixa e equivalente de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa as aplicações

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras estão mensuradas ao seu valor de custo amortizado, através do resultado, na data do balanço, que se aproxima do seu valor de mercado, conforme avaliação da administração, uma vez que a maioria dos investimentos em CDBs possui liquidez diária e as aplicações em debêntures privadas possuem cláusula de resgate antecipado, com remuneração calculada de forma *pro rata temporis* até a data do efetivo resgate.

Aplicações financeiras vinculadas a operações de crédito: São aplicações financeiras em CDBs que são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como mantidos até o vencimento, e as aplicações financeiras em Fundos de Investimento não disponíveis para resgate que são mensuradas pelo preço de mercado.

Contas a receber e adiantamento a fornecedores: mensurados ao custo amortizado, com expectativa de realização no curto prazo.

Fornecedores: mensurados ao custo amortizado e classificado como passivo financeiros mensurado ao custo amortizado.

Contas a pagar para partes relacionadas: mensurados ao custo amortizado, e classificado como passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

1º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia remuneradas a CDI possuem cláusula de liquidez. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

2º emissão de Debêntures pela controladora: as debêntures emitidas pela Companhia e remuneradas pelo IGP-M não possuem cláusula de liquidez, e têm vencimento em 4 anos. As debêntures são mensuradas pelo custo amortizado e classificadas como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Empréstimos (remunerados a CDI): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a IGP-M): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Financiamentos (remunerados a taxa pré fixada): Estão mensurados pelo custo amortizado, sendo classificados como passivo financeiro mensurado ao custo amortizado.

Administração financeira de risco:

A administração da Companhia monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

A Companhia apresenta os seguintes riscos:

Risco de liquidez;
 Risco de crédito;
 Riscos de mercado:
 Taxa de juros; e
 Taxa de câmbio.

a. Risco de liquidez

A diretriz de gerenciamento de risco de liquidez implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros, considerando as demonstrações financeiras consolidadas, considerando os juros a vencer até o final do contrato.

Maturidade dos Passivos

	Valor contábil 31/12/2014	Fluxo contratado	6 meses ou menos	6 -12 meses	1 -2 anos	2 -5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	167.402	167.402	21.965	142.063	3.374	-	-
Contas a pagar	4	4	-	-	4	-	-
Partes relacionadas	10	10	10	-	-	-	-
Financiamentos	550.861	550.861	38.964	135.193	112.850	58.950	204.904

Os valores demonstrados no quadro acima, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo de reorganização e financiamento da Multiner S.A.

b. Risco de crédito

Com exceção das usinas eólicas que foram contratadas no âmbito do PROINFA, e da Rio Amazonas Energia S.A contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas com garantia da Eletrobrás, os demais contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos foram obtidos em Leilões de Energia Nova, promovidos pela ANEEL, e foram firmados com dezenas de companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no País. Além da diluição de risco natural em função do número de contratantes, cada empresa de distribuição foi obrigada a aportar garantias e contra garantias que aumentam a qualidade do recebível.

Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações em instituições avaliadas e/ou aprovadas pela Administração.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)***c. Risco de mercado****Risco de taxa de juros**

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas e adotam diretriz conservadora de captação e aplicação de seus recursos financeiros.

		Controladora		Consolidado	
	NOTA	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Ativos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	1	3	1	3
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	369.781	236.055	369.781	236.055
Aplicações vinculadas	8	1.767	-	1.769	1
Total		371.549	236.058	371.561	236.059
Ativos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Caixa e equivalente de caixa - aplicações financeiras	7	141.504	110.302	141.507	110.304
Total		141.504	110.302	141.507	110.304
Passivos vinculados a taxa pós fixada - CDI					
Contratos de mútuo com partes relacionadas	22	(62.498)	(41.354)	-	-
Total		(62.498)	(41.354)	-	-
Passivos vinculados a taxa pós fixada - IGPM					
Empréstimos e Financiamentos	16	(4.565)	(111.699)	(489.671)	(588.421)
Empréstimos e Financiamentos - Conversão Obrigatória	16	(9.130)	-	(61.190)	-
		(13.695)	(111.699)	(550.861)	(588.421)

A Administração considerou como metodologia mais correta para a estimativa de um “cenário provável I” se basear nas taxas praticadas no mercado, para o período de um ano, do CDI, SELIC, IGP-M e Taxa Pré e as taxas de Euro e Dólar, divulgadas pela Bolsa de Mercadorias & Futuros em 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Os quadros abaixo demonstram o impacto do resultado financeiro consolidado em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, simulando o cenário provável, que considera o cálculo do valor justo das dívidas, o cenário II e III que demonstram o impacto no resultado considerando a taxa de desconto deteriorada em 25% e 50%. O cenário provável foi determinado com base nos vencimentos contratuais de cada dívida e avaliação de mercado foi determinada conforme descrito na definição do valor justo abaixo.

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplic financeiras no mercado aberto	141.508	Queda CDI	22.182	24.366	26.550
Contratos de mútuo a receber	369.781	Queda CDI	50.476	37.857	25.238
Adiantamentos a fornecedores	31.902	Queda do Euro	3.268	(5.525)	(14.317)
Adiantamentos a fornecedores	445	Queda do Dolar	96	(39)	(174)
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos	(550.861)	Alta IGPM	(86.349)	(94.853)	(103.357)
Fornecedores	(46.767)	Alta Euro	4.791	17.680	30.569
Fornecedores	(367)	Alta Dolar	79	191	303

Impacto em resultado

		31/12/2014		
		Valor Justo	25%	50%
Pós Fixado	Multiner - Debêntures 2ª Emissão	4.506	4.537	4.566
	Multiner - Debêntures 2ª Emissão - Conv. Obrigatória	9.012	9.073	9.133
	RAESA - CCB 1ª Emissão	168.738	169.503	170.264
	RAESA - CCB 1ª Emissão - Conv. Obrigatória	50.347	50.524	50.699
	RAESA - CCB 2ª Emissão	266.345	286.974	309.369
		498.948	520.611	531.155
		31/12/2014		
Pós Fixado		498.948	520.611	544.031
		498.948	520.611	544.031

Definição de valor justo

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Para o cálculo do valor justo, utilizamos a taxa média de DI e IGP-M divulgadas pelo CETIP e FGV, respectivamente, tanto para o cálculo da taxa de desconto quanto para as projeções dos fluxos de pagamentos das dívidas. Calculamos a taxa de desconto utilizando a DI e o IGP-M do período acrescido do *spread* do juro dos títulos.

A Administração entende que a melhor estimativa de avaliação do *spread* de risco de crédito está relacionada aos movimentos de mercado com uso das taxas observadas para reavaliação do risco.

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas entre 95% e 100,5% do DI.

A tabela abaixo representa as taxas efetivas e os vencimentos de todos os instrumentos mensurados ao custo amortizado.

Indexador	Spread
IGP-M	Entre 9% e 10,5% a.a.
CDI	Entre 0% e 7,44% a.a.
Pré-Fixados	7,5% a.a.

Risco de taxa de câmbio

Para reduzir esse risco, além do monitoramento permanente do mercado de câmbio pela sua Administração, a Companhia poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar esses eventuais impactos. No entanto, durante este período, os níveis das taxas de câmbio utilizadas nas projeções financeiras e nas contratações de importações, bem como nos custos associados à contratação de mecanismos de proteção, levaram a Administração a optar pela posição de neutralidade no que tange a contratação de tais mecanismos de proteção.

d) Gestão de risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Os valores demonstrados no item “a”, refletem a atual situação da Companhia após o primeiro aditivo ao contrato de reorganização financeira da Multiner S.A.

Informação sobre determinação de valor de mercado

Os instrumentos financeiros da Companhia avaliados a preço de mercado são classificados como segue abaixo:

Nível 1 - instrumentos financeiros que possuem dados provenientes de mercado ativo de forma que seja possível acessar diariamente o seu valor justo;

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Nível 2 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo, porém seu modelo de precificação é baseado em dados observáveis no mercado;

Nível 3 - instrumentos financeiros que possuem dados diferentes dos provenientes de mercado ativo e que seu modelo de precificação não é baseado em dados observáveis no mercado.

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1, 2 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo exercício.

29. Resultado líquido por ação**Resultado básico e diluído por ação**

Abaixo apresentamos o resultado por ação básico e diluído:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
		Ajustado
Prejuízo atribuível aos acionistas	(102.908)	(112.346)
Média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação (nº de ações)	7.601.062	6.343.239
Resultado por ação básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	<u>(14)</u>	<u>(18)</u>

Considerando a metodologia aplicada, o resultado por ação básico e diluído apresentado pela Companhia é o mesmo.

30. Arrendamento financeiro a receber

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 06 - Operações de arrendamento mercantil e com a ICPC 03 - Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil, o ativo imobilizado da controlada Rio Amazonas S.A. ("RAESA") se caracterizou como um arrendamento mercantil financeiro conforme demonstrado a seguir.

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Leasing financeiro	204.013	206.022
Circulante	12.883	11.432
Não Circulante	<u>191.130</u>	<u>194.590</u>

Notas Explicativas**Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014***(Em milhares de Reais)*

Este arrendamento foi registrado como arrendamento financeiro considerando que o contrato de suprimento de energia, firmado com a atual Amazonas Distribuidora de Energia S.A., aborda os seguintes principais pontos:

- i. A Amazonas Distribuidora possui capacidade operacional, porém seu direito de exercê-la só se dará após a efetiva transferência do empreendimento, ao final do contrato;
- ii. Ao final do período do contrato de 20 anos, o empreendimento será transferido para o arrendatário (Amazonas Distribuidora) sem qualquer indenização ou pagamento devido; e
- iii. O contrato determina que a venda de energia produzida pelo empreendimento deva ser única e exclusiva para a Amazonas Distribuidora.

Após conclusão de que o empreendimento será entregue à Amazonas Distribuidora de Energia S.A. no final do contrato, foi definido que os registros realizados no imobilizado fossem reconhecidos na conta de Arrendamento Mercantil Financeiro à Receber.

Os recebimentos mínimos futuros, a valor presente, sobre arrendamentos não canceláveis são os seguintes:

	Consolidado	
	31/12/2014	31/12/2013
Até 1 ano	12.883	11.432
Acima de 1 ano - até 5 anos	57.792	50.354
Mais de 5 anos	133.138	144.236
	<u>204.013</u>	<u>206.022</u>

Paulo Cesar Rutzen
(Presidente)

Marcelo Patrício Fernandes Costa
(Diretor Financeiro)

Giancarlo Porto Bratkowski
(Diretor de Operações)

Rosane dos Anjos Guimarães de Oliveira
(Gerente de Contabilidade)
CRC – RJ 073528/O-0

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014

(Em milhares de Reais)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Multiner S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Multiner S.A., identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Multiner S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

8. Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 20, no qual está descrito que a Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza cível e regulatória. A Administração da Companhia avaliou como possível as chances de perda nessas ações, no montante de R\$ 244.428 mil, e, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, em 31 de dezembro de 2014. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira deverá sofrer um impacto relevante.

9. Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Multiner S.A. essas práticas diferem da IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto, pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo; e pela opção de manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

Outros Assuntos

Demonstrações do valor adicionado

10. Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para as companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

11. Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 28 de março de 2014, o qual conteve: i) ressalva decorrentes da falta de avaliação do valor recuperável dos adiantamentos a fornecedores apresentados na rubrica de ativo imobilizado; ii) ressalva decorrente do registro das PNA's como patrimônio líquido aos invés de serem registradas no passivo não circulante, por manterem as características de ações resgatáveis; e iii) ênfases semelhantes aos assuntos descritos nos parágrafos 8 e 9.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

BOUCINHAS, CAMPOS & CONTI
Auditores Independentes S/S
CRC-SP-5.528/O-S-RJ

Antonio Carlos de Oliveira Pires
Contador-CRC-RJ-065.305/O-RJ

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Multiner S.A, instalado em 31 de março de 2015, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório Anual da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, cuja elaboração obedece as instruções normativas da CVM - Comissão de Valores Imobiliários. Tendo também por base o Relatório dos Auditores Independentes, emitido pela Boucinhas, Campos & Conti, em 31 de março de 2015, e já consideradas as observações relativas à ênfase contida no citado relatório, os membros do Conselho Fiscal consideram que as referidas Demonstrações Financeiras estão aprovadas para as devidas divulgações societárias.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

Arthur Simões Neto
Presidente do Conselho Fiscal

Carlos Frederico Aires Duque
Conselheiro

José Lino Fontana
Conselheiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 31 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia – Boucinhas, Campos & Conti, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Multiner S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tendo sido tomada a decisão no sentido de sua aprovação em reunião realizada em 31 de março de 2015.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2015.

Paulo Cezar Rutzen
Diretor-Presidente

Marcelo Patrício Fernandes Costa
Diretor Financeiro

Giancarlo Porto Bratkowski
Diretor de Operações